Sábado, 23 de maio de 2026 **I Série — Número 95**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Maria Germana de Sousa Rocha
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Sandra Cristina de Sequeiros Pereira

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com o Ministro da Economia e Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida). Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Patrícia Gonçalves (L), Ricardo Carvalho, Francisco Figueira, Ricardo Carlos e Olga Freire (PSD), Rui Afonso, João Ribeiro e Ricardo Lopes Reis (CH), Hugo Costa, Nuno Fazenda, Pedro Coimbra, Eurídice Pereira e Luís Moreira Testa (PS), Miguel Rangel (IL), Paula Santos (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

Foi lido, pelo Deputado Paulo Núncio (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º 559/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pela morte de Francisco Cavaleiro Ferreira, cuja parte deliberativa foi aprovada (*a*).

Procedeu-se à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.ª (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de

agosto, e aprova a nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que foi aprovada, e do Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.ª (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que foi rejeitado, assim como à votação final do Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado, que foi aprovado.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH) —Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.ª (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa.

Foram aprovados os seguintes requerimentos:

Apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 555/XVII/1.ª (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A;

Apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 601/XVII/1.ª (IL) — Mais independência para a LUSA;

Apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 604/XVII/1.ª (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E;

Apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 605/XVII/1.ª (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA;

Apresentado pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 906/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 937/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.os 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar, que foi rejeitado, 719/XVII/1.ª (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação e 904/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares, que foram aprovados, 909/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios e 916/XVII/1.ª (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias, que foram rejeitados, 923/XVII/1.ª (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar, que foi aprovado, 930/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação, que foi rejeitado, e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.ª (IL) — Valoriza a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.os 911/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dádiva benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dádiva e o reforço da colheita de plasma por aférese, 917/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue, 918/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dádiva voluntária e altruísta de sangue em Portugal, 922/XVII/1.ª (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue e 939/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dádiva, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador, que foram aprovados.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.os 750/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas, que foi rejeitado, e 833/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, que foi aprovado; do Projeto de Lei n.º 608/XVII/1.ª (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável, que foi rejeitado; e dos Projetos de Resolução n.os 920/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura, 925/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas e 935/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais, que foram rejeitados, 936/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, que foi aprovado, e 940/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público, que foi rejeitado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 122/XVII/1.ª (PCP) — Integração na carreira de investigação científica, 606/XVII/1.ª (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica e 614/XVII/1.ª (BE) — Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica, e os Projetos de Resolução n.os 905/XVII/1.ª (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação e 924/XVII/1.ª (PAN) — Pela integração dos investigadores bolseiros da carreira de investigação científica.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.ª (CDS-PP, PSD) — Pelo alargamento do

Passe do Antigo Combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes e os Projetos de Lei n.os 153/XVII/1.ª (CH) — Estende a gratuitidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional, que foram aprovados, 613/XVII/1.ª (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuitidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo estatuto, que foi aprovado.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.os 528/XVII/1.ª (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, 581/XVII/1.ª (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do plano nacional de desacorrentamento.

Procedeu-se à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 612/XVII/1.ª (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o plano nacional pelo bem-estar dos animais de Companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.os 764/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães, que foi aprovado, 914/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização, que foi rejeitado, e 928/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 453/XVII/1.ª (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência, que foi rejeitado; 912/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva, 915/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável, 919/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias, 921/XVII/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência, 929/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde, 931/XVII/1.ª (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, 934/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS, que foram aprovados; e 938/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014, que foi rejeitado.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 200/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova a revisão do mecanismo de recuperação de créditos dos lesados do papel comercial do BES.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 849/XVII/1.ª (PS) — Consagra o dia 10 de maio como Dia Nacional do Seguro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 869/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para a conservação, salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora, 941/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de estudo, conservação e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e 945/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas de salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 690/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço do modelo de sensibilização dos jovens para a defesa nacional através da transformação do Dia da Defesa Nacional em semana da defesa nacional e 781/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação do atual modelo do Dia da Defesa Nacional, do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, e o estudo de novos modelos de recrutamento voluntário nas Forças Armadas, reforçando a cultura de segurança, defesa e proteção civil em Portugal.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 177/XVII/1.ª (CH) — Pela priorização das negociações com outros Estados europeus com vista ao aumento das quotas de pesca portuguesas, bem como aprofunde conversações com a União Europeia com vista à criação de quotas específicas para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.os 716/XVII/1.ª (IL) e 782/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, nomeadamente o associado ao *SAPO Blogs*.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.ª (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida, tendo usado da palavra, neste âmbito, os Deputados Patrícia Faro (PS), Helga Correia (PSD), André Ventura (CH), Isabel Mendes Lopes (L) e Paula Santos (PCP). Depois, com as alterações entretanto aprovadas, foi aprovado, em votação final global, o mesmo texto final.

No âmbito da rejeição dos Projetos de Resolução n.os 217/XVII/1.ª (CH) e 927/XVII/1.ª (L), proferiram declarações de voto os Deputados André Ventura (CH), Rui Tavares (L), Mário Amorim Lopes (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Hugo Soares (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Fabian Figueiredo (BE) e Paula Santos (PCP).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 13 horas e 48 minutos.

(*a*) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.as e Srs. Deputados.

As autoridades podem abrir as portas de acesso às galerias, para o público que queira assistir.

Eram 10 horas.

Pausa.

Pedia à Sr.ª Secretária o favor de ler uma comunicação à Câmara.

A Sr.ª **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, passo a informar a Câmara de que já se encontram disponíveis no portal da Assembleia da República as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão.

O Sr. **Presidente**: — O primeiro ponto da agenda consiste no debate setorial com o Ministro da Economia e Coesão Territorial, a quem vou dar a palavra para a sua intervenção inicial, dispondo de 10 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PCP ainda não veio!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial** (Manuel Castro Almeida): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal atravessa um momento exigente, mas também um momento decisivo de transformação. Temos hoje uma oportunidade, que não pode ser desperdiçada, de dar um salto estrutural no nosso modelo económico.

Temos bases sólidas, temos capacidade e temos ambição. O desafio é transformar ambição em resultados concretos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — É exatamente isso que o Governo está a fazer. Este Governo tem um claro ímpeto transformador, orientado para modernizar o País e reforçar a coesão territorial e social.

Os dados são inequívocos e importa começar por eles.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — A economia portuguesa continuou a crescer de forma sólida. No 1.º trimestre de 2026, o PIB (produto interno bruto) cresceu 2,3 % em termos homólogos, acelerando face ao ano anterior. E cresceu apesar do impacto das tempestades e apesar do conflito no Médio Oriente.

As exportações demonstram igualmente resiliência, com uma recuperação muito expressiva em março, o melhor mês de sempre das exportações: 21 % em cadeia.

O investimento estrangeiro demonstra confiança no País: 85 processos em análise, mais de 22 mil milhões de euros de investimento.

E os rendimentos também evoluem positivamente, com os salários — o salário mínimo e o salário médio — a crescerem acima da inflação.

Estes não são apenas números. São empresas que investem, são empregos criados, são rendimentos gerados, são oportunidades reais para os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, crescer é resultado de políticas públicas consistentes, de estabilidade e de um Estado que cria condições para o investimento e o emprego. É isso que estamos a fazer com os instrumentos que colocámos ao serviço da economia: o programa Reforçar, que já mobilizou 5,3 mil milhões de euros; e o IFIC (Instrumento Financeiro para a Inovação e Competitividade), que se tem afirmado como um dos principais pilares do investimento empresarial, com mais de 4,5 mil milhões de euros de investimento.

Estamos também a enfrentar um problema estrutural da nossa economia, que é a burocracia. Queremos extinguir esse imposto escondido, que é o tempo que fazemos perder às empresas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Estamos a preparar uma reforma profunda do regime de licenciamento, criando um modelo comum que abrange não só a indústria, mas também o turismo, o comércio, os serviços e a restauração. Esta guerra à burocracia tem um objetivo: reduzir prazos, eliminar incertezas, baixar custos para quem quer investir e criar riqueza.

Há um setor que continua a puxar pela economia, que é o turismo. Em 2025, atingimos números históricos que serão, certamente, superados em 2026.

Sr.as e Srs. Deputados, sobre o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) é necessário falar com verdade, é importante que o debate político se faça com rigor. O PRR de Portugal está entre os mais avançados da União Europeia. Fomos o segundo país da Europa a apresentar o nono pedido de pagamento, e fizemo-lo antes do prazo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Por isso, Srs. Deputados, não estamos atrasados na execução do PRR, antes pelo contrário. E se não ocorrer nada de imprevisto, não deixaremos qualquer euro de subvenções por investir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É verdade que em abril de 2024 o PRR estava atrasado. Nessa altura, apesar de metade do prazo já ter passado, a execução física e financeira do PRR era de apenas 7 %, com metade do prazo já ultrapassado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era, era!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — O restante eram adiantamentos.

Face a esse atraso, o Governo teve de tomar várias decisões e foi necessário reprogramar o PRR para que o País não perdesse fundos europeus. Retirámos projetos que não eram exequíveis no prazo, reorientámos recursos, garantimos que nenhum investimento público ficava sem financiamento. É isso que interessa, no final do dia, às pessoas, que os projetos sejam efetivamente concretizados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Por isso, não conseguimos perceber as críticas às reprogramações. Reprogramar é governar. Reprogramar é um ato de boa gestão, é assegurar que os recursos públicos sejam bem utilizados.

Sr.as e Srs. Deputados, as calamidades que atingiram Portugal no início do ano provocaram danos gigantescos. Mais do que os 5 mil milhões de euros de prejuízos, falamos de pessoas e comunidades atingidas, de territórios que precisam de reconstrução física, mas acima de tudo da retoma da atividade económica, da confiança, de esperança no futuro. Perante isso, o Estado respondeu com rapidez, com medidas concretas:

apoio às famílias, apoio às empresas, medidas adicionais como o *lay-off* simplificado, incentivos à manutenção do emprego, mecanismos de adiantamento de verbas às autarquias.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Este esforço só foi possível com todos. Com as pessoas, com as autarquias, com as empresas, com a Estrutura de Missão da Região Centro e com as CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional).

Na habitação, importa destacar o trabalho conjunto entre as câmaras municipais e as CCDR. Há ainda muito a fazer na atribuição dos apoios até 10 000 €, apesar de 13 municípios já terem concluído todos os processos e de 10 terem ultrapassado os 90 %.

Mas não podemos ficar pela resposta imediata. Lançámos o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), um plano de mais de 22 mil milhões de euros, com uma ambição clara: não apenas recuperar, mas transformar o País. São cerca de 15 mil milhões de euros públicos e mais de 7 mil milhões de euros privados, com destaque para um dado fundamental: 96 % dos recursos serão recursos novos.

Quero destacar duas dimensões centrais para o futuro do País, a energia e o desenvolvimento de áreas empresariais.

Em primeiro lugar, a energia. Num mundo instável, a energia deixou de ser apenas uma questão setorial; é hoje uma questão de soberania, de segurança e de competitividade económica. O PTRR responde a este desafio com o objetivo de reforçar a autonomia energética, reduzir a dependência externa e garantir a continuidade dos sistemas críticos, porque hoje sabemos que não há economia forte sem um sistema energético robusto, resistente e autónomo.

Há uma segunda dimensão igualmente decisiva, o desenvolvimento de áreas empresariais. O PTRR cria as condições para uma nova geração de áreas empresariais e parques tecnológicos, distribuídos por todo o território, particularmente no interior. Terão infraestruturas, serviços e licenciamento antecipadamente assegurado, tornando Portugal mais atrativo para o investimento. Será uma mudança estrutural: menos burocracia, mais previsibilidade, mais capacidade de atrair projetos industriais e tecnológicos de maior escala e mais oportunidades para o interior do País.

O PTRR não se limita a reagir à crise. Cria condições para que o País saia mais forte, mais preparado e mais competitivo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr.as e Srs. Deputados, o País conhece os desafios que enfrenta e sabe bem o caminho que tem de seguir. Esse caminho exige estabilidade, exige responsabilidade, mas acima de tudo exige decisões tomadas a tempo, com coragem e com sentido de urgência e vontade de transformar.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Da nossa parte, o compromisso é inequívoco: governar com seriedade, com determinação e com foco absoluto em melhorar a vida das pessoas. Porque, no final, a diferença não está no que se diz, está no que se faz.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É verdade!…

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então agora à ronda de perguntas dos partidos. O primeiro grupo parlamentar a questionar o Sr. Ministro é o Livre e, para o efeito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, na sua última audição, ficámos a saber, e agora também ouvimos — mas não ouvimos falar de batatas, hoje — que, afinal, a economia parece que cabe num saco de batatas. Disse-nos que se antes os portugueses compravam um quilograma de batatas, podiam agora comprar mais. Mas a economia de uma família não se mede num produto escolhido a dedo, mede-se num cabaz inteiro: alimentos, energia, medicamentos, transportes e habitação.

É aí que a realidade entra em choque com a narrativa. Desde o início de 2026, o cabaz alimentar essencial subiu 7,7 %.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Os mesmos produtos custam, hoje, quase 40 % mais. O Sr. Ministro também afirmou que o salário líquido real cresceu como se tivéssemos tido um 15.º mês. Mas o salário médio não é o salário típico e o Sr. Ministro sabe que a média é puxada para os salários mais altos. E a inflação média não é aquilo que as pessoas compram. As famílias não compram médias: compram leite, ovos, arroz, fruta, medicamentos e pagam renda, e a maioria dos bens essenciais subiu muito acima da inflação média.

Por isso, pergunto-lhe, diretamente: que medidas concretas vai o Governo adotar para travar o aumento do preço dos bens essenciais? Que mecanismos está disposto a utilizar para impedir que choques externos sejam transformados em margens extraordinárias à custa das famílias? E que medidas vai implementar para proteger o rendimento disponível de quem está mais exposto ao aumento do custo de vida?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, obrigado, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves. É muito útil trazer o tema dos salários à colação, porque a economia e o crescimento económico não existem para outra coisa que não seja para melhorar os rendimentos de quem trabalha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — E, Sr.ª Deputada, a esse nível, o Governo da AD tem excelentes resultados para apresentar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — No ano de 2024, fomos o país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) onde os salários mais cresceram.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — De toda a OCDE, não apenas da União Europeia, mas incluindo a Austrália, a Nova Zelândia, o Japão, a Coreia, os Estados Unidos. O país da OCDE onde os salários mais cresceram.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Embrulhem esta!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Deve ter sido o salário do CEO (*chief executive officer*) do Pingo Doce!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Em 2025, voltaram a crescer bastante acima da média da OCDE. E, nos anos de 2024 e 2025, somados, o crescimento do salário líquido, líquido de impostos,

e salário real, depois de deduzida a inflação, o crescimento do salário líquido real foi de 13,7 %. Isto significa, Sr.ª Deputada, mais do que atribuir um 15.º mês aos trabalhadores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E os preços?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Mas dir-me-á que os portugueses, hoje, vão ao supermercado e não vivem com os salários de 2024 e 2025 e os preços estão a subir no mercado e nas bombas de gasolina.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ah, pois!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Estão a subir e há uma forma de medir a subida de preços: é a inflação. E os últimos dados mostram é que, no 1.º trimestre deste ano, comparado com o 1.º trimestre do ano anterior, os salários cresceram 6,6 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Embrulha!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — E a inflação, no ano passado, foi de 2,3 %, o que quer dizer um crescimento de salários três vezes superior à inflação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, para continuar as suas perguntas. Faça favor.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, pois é, Sr. Ministro, de médias está o inferno cheio.

Vozes do PSD, do CH e da IL: — Ah!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Ninguém nega que existiu crescimento salarial, mas a questão é outra, é se esse crescimento está a chegar a quem ganha menos. Porque uma média pode subir muito, enquanto muitas famílias continuam a perder capacidade para pagar as suas despesas básicas.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Se disser que Portugal cresceu acima da média, quer dizer que não estávamos muito bem, mas a União Europeia também veio dizer, aqui há umas semanas, que 60 % da riqueza em Portugal está em 10 % da população.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Já parecem o PCP!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Portanto, a sua média fica aqui resolvida.

Agora, passando para outro tema, Sr. Ministro. O Sr. Ministro disse também que o PTRR está globalmente bem, mas que a reconstrução das habitações não tem tido a mesma eficiência. Para quem está há quatro meses com a casa danificada, isto não é uma questão de eficiência, é uma questão de abandono. Há pessoas idosas, pessoas com incapacidade e famílias vulneráveis que continuam sem respostas adequadas. Há relatos de propostas de indemnização muito abaixo dos prejuízos apresentados, sem fundamentação clara ou contraditório efetivo. Isto torna-se ainda mais relevante quando o Governo prepara um seguro obrigatório contra calamidades.

Por isso, pergunto: que instruções concretas deu o Governo às seguradoras para garantir respostas céleres, transparentes e fundamentadas, quantas habitações continuam por reparar, quantas famílias continuam sem condições plenas de habitabilidade e que mecanismo existe para rever propostas de indemnização manifestamente insuficientes?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, os números que referi aplicam-se tanto ao salário médio como ao salário mínimo. Olhando por qualquer dos ângulos, o salário mínimo cresceu muito claramente acima da inflação em qualquer dos anos.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — E o preço do cabaz?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Demagogia!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Quanto à questão das casas, Sr.ª Deputada, queria dizer-lhe o seguinte: o processo de indemnização às pessoas da região de Leiria, e da região de Lisboa também, que ficaram com casas destruídas, está a decorrer de forma muito diferenciada.

Há já, como eu disse, 13 municípios que já concluíram o processo de verificação e vistoria das casas. O processo está totalmente concluído. Os apoios foram ou pagos ou os respetivos pedidos foram indeferidos. Os processos estão todos resolvidos. Há mais 10 municípios onde 90 % dos processos já estão resolvidos. Há casos notáveis de municípios que estão com milhares de processos já resolvidos. Também tenho de dizer que há outros municípios que estão muitíssimo mais lentos e alguns ainda não avaliaram nenhuma casa.

Portanto, há uma grande disparidade no comportamento dos municípios neste processo e o apelo que posso fazer é o de que os municípios mais lentos se aproximem do ritmo dos municípios mais rápidos, alguns dos quais já terminaram o processo.

Quanto às seguradoras, a Sr.ª Deputada perguntou que instruções deu o Governo às seguradoras. Não sei em que país pensa viver, o Governo não dá instruções às seguradoras, pode é fazer leis. As conversas que eu próprio tive com as seguradoras, no sábado a seguir às tempestades, foram apelos no sentido de mobilizarem o máximo de recursos para a região de Leiria. E, Sr.ª Deputada, isso aconteceu, verdadeiramente. Temos de reconhecer que as seguradoras foram sensíveis. Ainda ontem estive em Leiria e reconheceram-me isso.

Também é verdade que agora me estão a dizer que estão a demorar demasiado tempo no pagamento dos processos, na conclusão dos processos. E conto ter uma conversa com as seguradoras para, justamente, chamar a atenção para a oportunidade que seria fazerem adiantamentos, por conta dos valores que vierem a ser apurados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, relativamente ainda ao comboio de tempestades, gostava de saber como é que está a ser feita a articulação entre as câmaras municipais e a Estrutura de Missão e o que é que o Governo nos pode dizer sobre o sucesso dessa articulação e da sobrecarga que têm, neste momento, as autarquias para tentarem resolver os processos, pois temos ouvido muitas queixas das autarquias relativamente a essa questão, dizendo que não têm funcionários nem meios para conseguir cumprir aquilo que é necessário.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, reconhecendo as dificuldades dos municípios em fazerem as avaliações com os seus próprios meios, a Estrutura de Missão articulou com as comunidades intermunicipais a disponibilização de centenas — centenas! — de arquitetos, de engenheiros e de engenheiros técnicos, numa lista facultada às câmaras municipais para que possam recorrer a estes técnicos e contratá-los, sendo eles pagos pelo Estado para irem ajudar as câmaras municipais a fazer o processo de avaliação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Sr. Ministro disse no início desta semana que o PRR vai acabar bem. O que é que significa acabar bem? É que acabar bem não é apenas cumprir uma percentagem em Bruxelas, não é fechar dossiês em cima do prazo, não é trocar ambição por reprogramação nem transformar o que seria uma oportunidade histórica num exercício de gestão de danos.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Acabar bem era fazer o investimento chegar às pessoas, às escolas, às creches, às residências de estudantes, às unidades de saúde, às comunidades energéticas, às cooperativas, às autarquias e às IPSS (instituições particulares de solidariedade social).

Sr. Ministro, o Sr. Ministro sabe, tem os números dos investimentos que não foram feitos pelo setor social, por exemplo, por não conseguirem cumprir os requisitos e por os prazos não estarem a ser cumpridos? Sabe dizer-nos alguma coisa sobre isso?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para responder, com o tempo que tem disponível.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, acabar bem significa executar a 100 % o programa. É isso que vai ser feito, é isso que vai ser executado. Não vamos desperdiçar nenhum euro dos fundos disponibilizados a Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a economia não se mede em comunicados, nem em médias convenientes, nem em contas de batatas. Mede-se também no facto de quase 2 milhões de pessoas em Portugal estarem em risco de pobreza. Mede-se no facto de 1 em cada 10 trabalhadores continuar em risco de pobreza. Quando trabalhar não chega para viver, o problema não está na falta de esforço das pessoas, está numa economia que não está a distribuir dignidade.

Para o Livre, uma economia só está bem quando a vida das pessoas cabe dentro do rendimento. E, hoje, para demasiadas pessoas, a vida já não cabe dentro do rendimento. E demasiadas respostas do Governo continuam a não caber dentro da realidade.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora às perguntas do PSD. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr. Deputados, Sr. Ministro, anteontem, tivemos aqui um debate relativamente ao PRR, a pedido do Partido Socialista. O debate era intitulado «A má execução do PRR — Necessidade de medidas urgentes» e o Partido Socialista estava muito preocupado por o Sr. Ministro não poder estar no debate, mas fez-se representar — e muito bem representado — pelo Sr. Secretário de Estado.

Não sei se o Sr. Secretário de Estado teve a oportunidade de lhe transmitir aquilo a que nós aqui assistimos na quarta-feira, mas hoje vou pedir a sua ajuda para, em conjunto, conseguirmos fazer ver ao Partido Socialista e a toda a oposição que, efetivamente, estamos a executar, e a executar bem, a tempo e horas, o PRR, para que, de uma vez por todas, consigamos sair daqui, ao fim deste debate, com uma ideia clara: vamos executar o PRR a tempo e horas, vamos executar a 100 %…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — … e vamos mostrar à oposição aquilo que este Governo tem conseguido fazer, que é resolver os problemas que o Partido Socialista sistematicamente nos deixa.

Aplausos do PSD.

E não é só no PRR, porque também lhe vou colocar uma questão relativamente ao PT2030 (Portugal 2030), porque neste programa, mais uma vez, começámos a recuperar, começámos com atraso, tivemos de ir a correr atrás do prejuízo.

Deixo-lhe já aqui uma pergunta, para depois não me esquecer, relativamente ao PT2030: qual é o estado de execução do PT2030?

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — O pior possível!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Conseguimos ou não recuperar os atrasos? Garantimos ou não o cumprimento do *n* + 3, evitando a perda, mais uma vez, de fundos? Essa é uma questão que lhe queria colocar e gostaria que esclarecesse.

Agora, não sei se o Sr. Secretário de Estado teve oportunidade de lhe contar aquilo a que assistimos aqui na quarta-feira. Repare, Sr. Ministro, viemos, mais uma vez, assistir a *PowerPoints* do Partido Socialista. Isto é extraordinário! Já tínhamos saudades dos *PowerPoints* do Partido Socialista! Mas a moda mudou. De uns tempos a esta parte, a moda eram cartas. Escreviam-se cartas, por tudo e por nada. Mas agora, de repente… Bem, vamos lá tentar ir atrás dos *PowerPoints*, recuperá-los e ver se conseguimos explicar alguma coisa.

Nesses *PowerPoints*, Sr. Ministro, o que se dizia era que estávamos atrasados. Pelas minhas contas, e tive a oportunidade de ouvir o Sr. Ministro, quando pegámos no PRR, a execução andava ali nos 7 % ou 8 %. Podemos ter vários critérios — isso também é interessante: podemos ter o critério do pedido de reembolso, podemos ter o critério da execução e ainda podemos ter o critério das verbas nos beneficiários intermédios ou finais.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ainda há outro critério! Ainda há outro!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas estive a olhar para os critérios todos e em nenhum deles consegui ver que não estivéssemos melhor. Agora, a minha pergunta é: a 7 % íamos demorar o quê? Doze anos a executar o PRR?

Pergunto: como é que está a execução do PRR comparativamente ao Partido Socialista? O que é que nós fizemos?

Lembro que o tema das medidas urgentes foi um dos temas desse famoso debate, e nessa altura perguntámos ao Partido Socialista: «Então, quais são as medidas urgentes?» E a resposta foi: «Medidas urgentes? Não ouvimos». O Deputado Brilhante Dias até teve a brilhante afirmação: «Abram tudo, abram tudo!»

Ó Sr. Ministro, pergunto-lhe: mas ainda há alguma coisa para abrir no PRR? Ainda há concursos para abrir no PRR?

E diziam: «Façam chegar o dinheiro!». Mas, Sr. Ministro, o dinheiro está ou não a chegar? Eu não tenho dúvidas, mas acho que esta narrativa tem de ser esclarecida de uma vez por todas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falsa!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mais, Sr. Ministro, continuam com a narrativa de que fomos cortar dinheiro a outros setores. Pergunto: cortámos dinheiro na saúde, Sr. Ministro? Cortámos dinheiro na educação, Sr. Ministro? Cortámos dinheiro na habitação, Sr. Ministro?

Sr. Ministro, o que tenho para dizer ao Partido Socialista e também à oposição é que andam muito baralhados. Por isso digo aos Srs. Deputados do Partido Socialista: organizem-se. Organizem-se, Srs. Deputados!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, não há comparação entre o nível de desenvolvimento que o PRR teve na sua primeira metade e na sua segunda metade. De facto, quando chegámos ao Governo, o PRR tinha uma execução financeira não entre 7 % ou 8 %, mas, sim, de quase 7 %. Falei de 7 %, mas é entre 6 % e 7%. Portanto, o valor da execução financeira era de quase 7 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Houve erros de programação!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Medido em termos de marcos e metas, o Governo anterior tinha apresentado o primeiro e o segundo pedidos de pagamento. Recordo que há 10 pedidos de pagamento para apresentar, pelo que, a meio do tempo, deviam estar apresentados cinco. Estavam apresentados dois. O terceiro e o quarto estavam incompletos. O trabalho que este Governo teve foi o de completar o terceiro e o quarto pedidos de pagamento, apresentar o quinto, apresentar o sexto, o sétimo já foi apresentado antes do prazo, o oitavo foi apresentado antes do prazo, tal como o nono e penúltimo pedido de pagamento, tendo Portugal sido o segundo país da Europa a apresentar. Isto quer dizer que não há verdadeiramente atraso.

Quero por isso descansar todo o País, e particularmente os Srs. Deputados do Partido Socialista, dizendo que não há atraso, como se demonstra pelo facto de termos sido o segundo país da Europa a apresentar o penúltimo pedido de pagamento. Já só falta apresentar o décimo pedido de pagamento. É o maior de todos, é o mais complexo, é o mais difícil, mas se tudo correr normalmente, se não houver nenhum facto anómalo, nenhuma intempérie especial, nem nenhuma guerra nova, iremos cumprir a totalidade do PRR.

Mas o Partido Socialista veio agora criar um problema novo. Veio dizer: Ah, fizeram o PRR, mas com várias reprogramações. Srs. Deputados, tomara que não tivéssemos feito, mas, se não as tivéssemos feito, o PRR não seria cumprido e iríamos perder milhares de milhões de euros. Tínhamos de fazer as reprogramações porque a programação inicial não estava corretamente feita.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não o fizeram!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Por muito bondosa e bem-intencionada que tenha sido, foi excessivamente otimista. Previram que iriam estar concluídas, agora, obras que ainda nem sequer começaram. Portanto, não seria possível chegar ao fim do prazo e ter o PRR cumprido. O que é que nós fizemos? Reprogramámos.

Agora inventaram outra questão: dizem que diminuímos o número de marcos e metas. Em relação a isto, quero dizer aos Srs. Deputados três coisas. Primeiro, diminuímos o número de marcos e metas a pedido da Comissão Europeia, que achava que tínhamos demasiados marcos intermédios. Portanto, suprimimos marcos intermédios para ter o marco final. Dou-lhe um exemplo: em residências de estudantes o primeiro marco que

estava previsto era atingir o valor de 7000 na data *x*, 10 000 na data *y*, 18 000 no final. Comprimimos três marcos num só e a meta passou a ser 18 000 no final. Eliminámos marcos intermédios. Qual é o problema? Nenhum.

Ainda quanto a marcos e metas, queria desvendar outro ponto. A França tem o dobro do PRR que nós temos e tem metade dos marcos e metas que nós temos. A Alemanha tem 50 % mais de PRR do que nós e tem um terço dos nossos marcos e metas. Ter muitos marcos e metas não é sinal de eficiência. Nós reduzimos os marcos e metas por uma questão de eficiência e para cumprir a vontade, a sugestão que Bruxelas nos fez.

Respondendo à sua questão sobre a saúde, o caso da saúde é um caso exemplar em que revimos os marcos e metas, suprimimos metas intercalares e ficámos só com a meta final. Sucede é que, na meta final, o número de centros de saúde intervencionados aumentou, tendo passado de 470 para 492. Foi uma boa revisão de marcos e metas e da ambição global.

Quanto ao Portugal 2030, o ano 2025 cumpriu a regra de execução N+3, neste momento estão lançados concursos do Portugal 2030 relativamente a 80 % da dotação e, no final deste ano, estarão lançados concursos relativamente a 89 % da dotação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, para prosseguir com as perguntas.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, acho que estamos no bom caminho. Penso que o Partido Socialista finalmente pode começar a compreender a verdadeira e real execução do PRR. Bruxelas fala de execução, o Governo fala de execução, o Partido Socialista continua a falar não sei bem do quê — dizem propaganda, de vez em quando. Prefiro acreditar em Bruxelas e no Governo, porque é muito difícil acreditar no Partido Socialista.

Risos de Deputados do PS.

Mas, Sr. Ministro, indo à economia e ao papel determinante que o Banco Português de Fomento tem tido, o Partido Socialista tem tentado fazer um exercício que é colocar a economia contra os restantes setores — contra o setor social, contra o setor da saúde, contra o setor da habitação —, porque continua a dizer, erradamente, que cortámos verbas para dar à economia, como se não tivéssemos de apoiar os nossos empresários, como se não tivéssemos de recuperar do pecado original deste mesmo PTRR, que foi esquecer as empresas. Assim, Sr. Ministro, o que gostaria de perguntar-lhe é: como estamos em relação à execução das verbas que foram alocadas às empresas?

O Governo, e bem, colocou cerca de 1,2 mil milhões de euros no Banco Português de Fomento e nas linhas IFIC, e está a apostar na digitalização, na inovação, na reindustrialização, na automação industrial e na capacitação das PME (pequenas e médias empresas). No entanto, o Partido Socialista continua a ter um grave problema com isso. Mas já sabemos que são sempre contra as empresas e os empresários. Aliás, até são contra a baixa do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas). Este Governo quer baixar o IRC de 21 % para 17 % e o Partido Socialista acha que não temos de baixar o IRC. Acha que não temos de dar capacidade às nossas empresas, aos nossos empresários, para terem mais lucros e para reinvestirem os lucros para pagarem melhores salários. Por isso, Sr. Ministro, gostaria de perguntar: como é que estamos na execução das linhas IFIC, e também como é que avalia e o que é que nos pode dizer relativamente ao Banco Português de Fomento?

Relativamente ao Banco Português de Fomento, temos hoje um banco — o Sr. Ministro e este Governo têm esse mérito —, porque antes, peço desculpa, tínhamos uma banqueta.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP: — Não funcionava!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não sabíamos bem para o que é que aquilo servia. Tínhamos lá uns administradores, mas aquilo não servia nada. Hoje temos um banco soberano, de garantia pública e com capacidade de gestão ao nível dos melhores bancos comerciais, ao serviço dos empresários. Por isso, deixo outra pergunta: o que é que tem sido feito ao nível do Banco Português de Fomento? Que linhas estão a ser

disponibilizadas por este banco aos nossos empresários com vista à competitividade e apoio à internacionalização da nossa economia?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, não tem razão nenhuma quem quer colocar as empresas contra as instituições sociais. Os recursos que estão a ser alocados às empresas no âmbito do instrumento financeiro para a inovação e competitividade são, basicamente, recursos que estavam afetos a redes de caminho de ferro ou metropolitanos. É daí que vem a maioria dos recursos.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Que não executaram!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Em relação àquelas redes que o Partido Socialista tinha inscrito no PRR e que se revelaram impossíveis de executar, não as deixámos chegar ao fim para verificar que não tínhamos executado. A tempo e horas, reprogramámos e reconhecemos que não era possível executar as redes metropolitanas, e esse dinheiro foi afeto a quem? À inovação empresarial. É uma estratégia como qualquer outra. É uma escolha, Sr. Deputado.

Lembro que, na sua primeira intervenção, no ato de posse, o Primeiro-Ministro estabeleceu como prioridade para o País: crescimento económico, criação de riqueza para melhorar os salários e sustentar o Estado social. Ora, é isso que estamos a seguir, porque este Governo tem um rumo, tem uma regra, tem prioridades bem definidas.

Portanto, em boa hora colocámos o dinheiro na inovação empresarial, Sr. Deputado. Os 950 milhões de euros que já foram postos a concurso — dinheiro de subvenções — geraram um investimento de 4,5 mil milhões de euros que de outra forma, provavelmente, não tinham sido investidos numa área prioritária como é, por exemplo, a Inteligência Artificial. Precisámos de densificar tecnologicamente a nossa economia, as nossas empresas e as nossas exportações, e a Inteligência Artificial tem um papel fundamental nesse processo.

Quanto ao Banco Português de Fomento, posso dizer que está a fazer um trabalho ao nível das garantias, sobretudo. Pode o Sr. Deputado perguntar: mas então as garantias do Banco Português de Fomento não estarão a ajudar os bancos, que desta forma correm menos risco? Fomos fazer a análise da situação e posso dizer que é verdade que os bancos correm menos risco quando têm garantia do Estado, mas justamente porque correm menos risco é que cobram juros mais baratos às empresas que têm garantia do Estado.

De acordo com as contas que fizemos, a média do último ano significou que os créditos com garantia do Estado custaram um *spread*, uma taxa de juro, inferior em 0,84 pontos em relação àqueles que não têm garantia do Estado. É a diferença entre ter um *spread* de, aproximadamente, 3 % ou de, aproximadamente, 4 %. Faz toda a diferença para as empresas. Portanto, o Banco Português de Fomento está a prestar um efetivo e relevante serviço para tornar as nossas empresas mais competitivas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Figueira, do PSD, para uma pergunta.

O Sr. **Francisco Figueira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, é sabido que Portugal enfrentou, no início de 2026, uma avassaladora tempestade a que o Governo respondeu com prontidão.

Face à gravidade dos impactos, foi necessário criar um programa que fosse além da reparação desses impactos. Foi assim que o Governo lançou o PTRR, um programa com um investimento superior a 22 mil milhões de euros, num horizonte de 9 anos. Um plano estrutural que integra o programa transformador deste Governo. Um programa que pretende recuperar, proteger e também reforçar as condições do País para responder aos desafios do futuro.

A pergunta que lhe quero fazer, Sr. Ministro, é: no final da execução deste programa, que País espera o Governo que exista?

Aplausos do PDS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para responder, dou-lhe agora a palavra. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Figueira, o PTRR nasce das tempestades do início do ano, nomeadamente da tempestade *Kristin* na zona de Leiria.

O País tomou consciência de que era necessário, em primeiro lugar, recuperar os danos causados pela tempestade. Mas logo nos apercebemos de que uma coisa era repor tudo como estava, e coisa diferente era tornar o País mais resistente, tendo em vista futuras tempestades que possam acontecer. Tomámos igualmente consciência de que aquilo que aconteceu agora em Leiria pode acontecer em qualquer ponto do País, noutro momento. Por isso, concebemos este programa, que tem uma componente de recuperação que é dirigida à Leiria e às terras à volta da Leiria, para recuperar os danos deste comboio de tempestades, e depois tem uma componente de transformação que é dirigida a todo o País. Esta componente faz deste programa um programa verdadeiramente transformador.

O que queremos melhorar com este programa? Queremos proteger as pessoas e as empresas para que, em caso de calamidade, umas e outras estejam mais preparadas para resistir à calamidade. E também para que, em caso de calamidade, no próprio dia, os poderes públicos estejam mais bem dotados para apoiar as comunidades e ajudar as autarquias locais a apoiarem as suas comunidades.

Não queremos que volte a acontecer que numa junta de freguesia, como em qualquer outro local, não haja eletricidade e não haja um ponto de comunicações. O mínimo que queremos fazer, e rapidamente, é tornar possível que cada junta de freguesia possa ser um local de apoio, um local de encontro das pessoas da freguesia, que podem lá ir fazer telefonemas, podem chegar lá e ter rede de comunicações, podem chegar lá e carregar os seus telemóveis, ver televisão, acompanhar as notícias, saber o que se passa, contactar os seus familiares e resolver os seus problemas mais prementes.

Isto é pensar nas pessoas no dia da calamidade e nos dias seguintes à calamidade. Isto porque foi um drama aquilo que vimos recentemente em Leiria e no passado.

Este é o tipo de coisas práticas e imediatas que vamos fazer. Assim, cada junta de freguesia terá um fornecedor de corrente elétrica — um gerador ou uma bateria para que haja corrente elétrica — e terá um sistema de comunicações, via satélite, para poder comunicar independentemente das condições meteorológicas.

Além disso, Sr. Deputado, há uma intervenção muito mais generalizada, que procura ser transformadora, sobretudo nos territórios de baixa densidade, que são os territórios mais vulneráveis em caso de calamidade. Por isso, temos de travar o despovoamento do interior. Assim, o PTRR tem um conjunto de medidas a implementar para evitar esse despovoamento, quer pela via da construção de casas, com regras especiais para construir mais casas, quer pela via da construção de áreas de acolhimento empresarial para que empresas se possam instalar no interior, porque não podemos levar as pessoas para o interior e, depois, elas não terem empregos onde possam trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular perguntas, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Carlos, do PSD.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros e Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, como «nem só de pão vive o homem», trago aqui temas que não estão diretamente relacionados com fundos comunitários, mas são fundamentais para a economia portuguesa. Falo do licenciamento industrial e da aposta das empresas na inteligência artificial.

Sr. Ministro, penso que seja unânime para todos nesta Casa que a indústria é fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade, e naturalmente que Portugal não foge a isto.

Assim, o licenciamento industrial torna-se um fator determinante na fixação da indústria e na competitividade da economia portuguesa. Mas é claro que há necessidade de conjugar a simplificação administrativa com o risco, que não pode também ser esquecido.

Apesar de já existir uma arquitetura legal assente na simplificação, o problema continua a ser a morosidade prática e a falta de previsibilidade para os investidores. Na verdade, a crítica dos investidores e dos empresários, atualmente, é a de que mais de 40 % dos investimentos esperam há mais de dois anos por licenciamento, sendo que 38 % das empresas defende —informação que foi passada este ano — a redução do número de entidades envolvidas no processo.

Sr. Ministro, esta situação transforma o licenciamento num verdadeiro custo de contexto: aumenta a incerteza, atrasa o investimento, encarece os projetos e prejudica a competitividade industrial. Assim, questiono o que está o Governo a fazer nesta área. Prevê simplificar o licenciamento industrial ou, por exemplo, pretende introduzir maior digitalização no processo, ou até recorrer à inteligência artificial?

O Governo tem seguido a linha, quase transversal, de tornar o Estado mais previsível, mais coordenado e mais amigo do investimento produtivo, mantendo a fiscalização e a responsabilidade ambiental e industrial. Pergunto: o que podemos esperar nesta área, Sr. Ministro?

Por fim, falando de forma mais concreta da inteligência artificial, parece-nos fundamental que as empresas compreendam que a inteligência artificial é essencial para o seu crescimento, para a sua otimização e para a sua produtividade.

Pergunto: que estratégias de apoio tem o Governo para incentivar as empresas à utilização responsável da inteligência artificial?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial.

O Sr.ª **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carlos, as duas questões que colocou dariam tema para uma hora de conversa muito interessante.

Contudo, limitar-me-ei a dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado tem razão no diagnóstico que faz sobre o atual sistema de licenciamento. É um calvário, hoje, licenciar uma empresa. O Governo está a trabalhar intensamente no sentido de mudar essa situação. Para isso, precisamos de nos organizar no interior do Estado para que as empresas possam fazer entrar o seu processo num departamento sem ter de o meter noutros departamentos do Estado com o mesmo objetivo.

É o Estado que tem de se organizar no seu interior, e isto exige meios informáticos e plataformas que não estão ainda criadas e que vamos ter de criar para tornar o Estado mais amigável das empresas e acabar com este imposto escondido, que é o tempo que fazemos perder aos empresários.

Sobre a inteligência artificial, quero dizer-lhe que a mesma tem muitos riscos, mas é uma grande oportunidade. O que sabemos é que as empresas vão ter de a usar e quanto mais cedo melhor. As grandes empresas já se estão a preparar intensamente, mas as pequenas e médias empresas precisam de um estímulo público para começarem a fazê-lo e nós estamos a organizar um estímulo público para levar as pequenas e médias empresas a terem um contacto mais intenso com a inteligência artificial.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Olga Freire, do PSD.

A Sr.ª **Olga Freire** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Caras e Caros Deputados, o acesso a serviços essenciais mede-se pela capacidade de garantir condições básicas de vida nos territórios.

A perda de balcões bancários e a ausência de caixas multibanco, principalmente nos territórios de baixa densidade, mais isolados e envelhecidos, criam graves dificuldades no acesso a numerário.

Tem vindo a público a criação de um projeto-piloto de multibanco social.

Gostaria de questionar o Governo sobre qual o seu papel neste processo e de que forma esta iniciativa se enquadra na estratégia do Governo para garantir a igualdade de acesso a serviços essenciais em todo o território.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Olga Freire, a Sr.ª Deputada conhece este assunto quase tanto como eu, porque participou, enquanto membro da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), já no XXIV Governo, na preparação deste programa.

A ideia é muito simples: há mais de 1000 freguesias do País que não têm caixa multibanco e não têm forma de aceder a dinheiro. O que estamos a fazer com a SIBS (Sociedade Interbancária de Serviços) e com o apoio do Banco de Portugal, é a criar condições para que se possa instalar em cada freguesia capacidade para as pessoas poderem levantar dinheiro.

Está a ser feito, agora, com algumas freguesias um projeto-piloto, que vai começar já no próximo mês de junho, mas a ideia é estender este projeto a todas as 1400 freguesias, salvo erro, que não têm caixa de multibanco nem nenhuma outra forma de aceder a dinheiro.

Claro, é uma questão de sobrevivência e é de elementar justiça resolver este problema nos nossos territórios de mais baixa densidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O PSD cedeu 40 segundos ao Governo, razão pela qual foi recontado esse tempo para o Sr. Ministro poder responder.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, uma nota final relativamente ao PTRR e, depois, ceder-lhe-ei algum tempo para responder.

Tem havido muitas críticas aqui no Parlamento relativamente ao PTRR. Eu, sinceramente, acho que os partidos não se deram ao trabalho de ler o documento de 77 páginas, nem mesmo o sumário executivo.

Protestos do CH.

Todos criticam, mas todos os partidos políticos deram contributos — e muitos desses contributos foram acolhidos pelo Governo —, exceto o Partido Chega, sendo que ainda hoje estamos à espera de saber quais é que foram os seus contributos.

Protestos do CH.

Lançaram, sim, «umas bocas» na comunicação social a uma ou duas perguntas.

Protestos do CH.

Sr. Ministro, sei que o PTRR já está em execução — aliás, ainda ontem, em Leiria, demos um passo com a criação da Universidade de Leiria e do Oeste, que é um sinal claro de que o PTRR está em andamento.

Protestos do CH.

Sr. Ministro, o que gostaria de lhe perguntar é o seguinte: como é que está prevista a calendarização do PTRR? O que é que nos pode dizer da calendarização e dos próximos passos, nomeadamente no Pilar 2 e no Pilar 3 do PTRR?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Se bem interpretei, o tempo sobrante do PSD é para o Governo poder responder.

Tem, então, a palavra o Sr. Ministro, que dispõe de 19 segundos.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, o PTRR está em execução na sua primeira vertente, que é a vertente de recuperação, e tem a Estrutura de Missão que está a coordenar o trabalho de recuperação na região de Leiria, que deve ser feito e deve ter tudo enunciado, pelo menos, até ao final deste ano.

Depois, o Pilar 2 e o Pilar 3, que são os pilares seguintes, vão ser objeto do trabalho que o novo presidente da agência que vai ser criada para gerir o PTRR vai ter de fazer até ao final deste ano.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, para efeitos de distribuição de documentação.

Peço que, através da Mesa, se faça distribuir uma notícia que dá conta que Portugal estava acima da média na execução do PRR — é uma notícia de antes da AD (Aliança Democrática) tomar posse.

Também quero pedir que seja distribuída a *newsletter Recuperar Portugal*, que, antes da AD tomar posse, dizia que «Portugal tem feito um caminho sólido na execução do PRR».

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Solicito igualmente que seja distribuído um aviso de comunidades urbanas renováveis em que se refere que há um ano e meio de atraso na resposta a este aviso.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Peço ainda que seja distribuída uma notícia que dá conta de um lar, que foi financiado pelo PRR e que está por abrir há um ano.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado. Queira fazer chegar a documentação à Mesa.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, ainda não terminei.

Quero ainda pedir que sejam distribuídas imagens de casas que estão por abrir há mais de um ano.

Protestos do CH.

É isso que é para distribuir e talvez o *PowerPoint*…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já foi compreendido. Isto não é para fazer uma intervenção.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Não, Sr. Presidente. Estou a falar de documentação, e tenho de dizer o que vai ser distribuído. É só isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei, Sr. Deputado. Eu sei! Todos sabemos, eu sei, o senhor também sabe que eu sei… Mas temos de evitar que estes pontos de interpelação à Mesa se transformem num tempo extra de intervenção.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o sexto relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR é devastador. Dos 127 investimentos avaliados, 37 — vou repetir, 37 —investimentos estão em estado preocupante ou crítico.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ainda bem que pergunta isso!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Estamos a falar precisamente das áreas que o Governo mais usou para propaganda política: habitação acessível, cuidados continuados, cuidados paliativos, modernização hospitalar, cuidados de saúde primários, inovação científica, agricultura, mobilidade urbana e respostas sociais.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não estiveste a ouvir nada!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Ministro, o parque público de habitação a custos acessíveis está em estado crítico.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — A Bolsa Nacional de Alojamento Urgente está em estado crítico.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — A modernização hospitalar está em estado crítico.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — A expansão do metro do Porto está em estado crítico.

Vozes do CH: — Bem lembrado!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Está tudo em estado crítico…!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Como é que é possível que depois de milhares de milhões de euros anunciados, o País continue sem casas, sem respostas sociais, sem hospitais modernizados e sem execução física compatível com os calendários europeus?

O Governo prometeu recuperação económica, competitividade e transformação estrutural. O que os portugueses veem é burocracia, atraso, inflação nos custos das obras, concursos desertos e incapacidade para executar.

Sr. Ministro, pergunto-lhe objetivamente: quantos milhões de euros do PRR estão hoje, efetivamente, em risco de perda por incumprimento de metas e marcos?

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Quantos projetos terão de ser reduzidos, reprogramados ou cancelados? Quem assumirá a responsabilidade política por aquela que já é considerada uma das maiores falhas de execução de fundos europeus da nossa democracia?

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, aquilo que o relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento demonstra é simples: o Governo foi eficaz na propaganda do PRR, mas profundamente incompetente na sua execução.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Ministro, gostava de lhe fazer outra pergunta agora sobre o PTRR, o grande *marketing* atual do Governo.

Trata-se de um plano de mais de 22 mil milhões de euros que vai até 2034, um mega plano centralizado, com dezenas de medidas, fundos, estruturas, observatórios e reformas, sem garantias reais de execução, transparência ou controlo independente.

Depois do PRR, que começou já atrasado e ainda hoje apresenta dificuldades de execução, o Governo aparece agora com outro programa gigantesco, financiado por dívida, fundos europeus e dinheiro dos contribuintes, prometendo resolver praticamente tudo, Sr. Ministro: energia, comunicações, habitação, proteção civil, cibersegurança, floresta, água, seguros, infraestruturas até a reorganização territorial. Vocês são uma máquina, realmente, mas uma máquina de propaganda.

Aplausos do CH.

A pergunta é muito objetiva: onde é que estão os estudos técnico-económicos independentes que demonstram a viabilidade financeira deste plano e o retorno concreto para o País?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Ministro, consegue garantir hoje ao Parlamento que o PTRR não vai transformar-se numa nova máquina de clientelismo financiada à custa dos contribuintes portugueses?

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, estão em Leiria!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O discurso já estava escrito e depois é mais difícil adaptar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o *ChatGPT*!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para responder.

Continuação de protestos de Deputados do PSD e contraprotestos de Deputados do CH.

A pergunta foi feita ao Sr. Ministro, não ao Sr. Deputado Ricardo Carvalho, e o Sr. Ministro deseja responder. Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, obrigado, Sr. Deputado Rui Afonso.

O Sr. Deputado usou o método, que é conhecido, de trazer a pergunta escrita. Esse método é tão válido como qualquer outro, mas, às vezes, dá mau resultado,…

Risos do PSD.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — O que é preciso é responder!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … porque a verdade é que aquilo que eu disse ao Sr. Deputado, antes da sua intervenção, contraria frontalmente aquilo que trazia escrito para a mesma. A resposta às suas perguntas foi dada previamente.

Vozes do PSD: — Pois é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tens de ouvir! Ouvir é difícil!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Já agora, queria também dizer o seguinte: o Sr. Deputado Nuno Fazenda pediu para distribuir um conjunto de documentos à Câmara. Se o Sr. Deputado, depois, encontrar nos documentos que hão de ser distribuídos algum que contrarie alguma coisa que eu tenha dito, fará o favor de mo fazer chegar, porque tenho a impressão de que nenhum daqueles documentos contraria o que eu disse.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E a resposta à pergunta?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Agora, Sr. Deputado, quanto às suas questões, queria dizer-lhe o seguinte: o Sr. Deputado perguntou quantos milhões de euros estão em risco de ser perdidos. A resposta que lhe dei, e que vou manter, é a seguinte: se não houver nenhuma anomalia, se não houver nenhuma nova tempestade adicional,…

Vozes do CH: — É sempre «se», «se», «se»!…

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … se não houver nenhum problema exterior imprevisto, o PRR será executado na sua totalidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Todos os valores das subvenções do PRR serão executados até ao último euro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E os empréstimos?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Deputado, escreva isso.

Portanto, não vale a pena preocupar-se com o que não é preocupante. O Sr. Deputado dedique a sua atenção a avaliar se os investimentos são eficientes na sua aplicação, se resolvem o problema das pessoas, e que outros investimentos devemos fazer no futuro.

Protestos da Deputada do CH Patrícia Almeida.

Agora, este programa, que foi delineado pelo Partido Socialista e executado pelo Governo da AD, com as correções que o tempo obrigou a fazer, vai ser executado na sua totalidade, apesar da pouca contribuição que o Partido Socialista deu para a sua execução.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — O Partido Socialista é responsável pela sua programação inicial e depois deu uma escassíssima contribuição para a sua execução. Nós estamos a fazer o que era suposto fazer: estamos a corrigir os atrasos que eles deixaram e estamos a recompor aquilo que era necessário corrigir para garantir o resultado final.

Vou insistir, Sr. Deputado, leia os meus lábios: não vai ficar nenhum euro por aplicar, nenhum euro por investir das subvenções do PRR, a não ser que surja algum dado extraordinário exterior ao País.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — E os 37 investimentos em estado crítico?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — O Sr. Deputado disse que este programa era uma das maiores falhas de execução da nossa democracia. O Sr. Deputado, no final deste ano, vai-se envergonhar do que disse,…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Eh, lá!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … porque vai ver os relatórios que vão mostrar que o programa foi integralmente cumprido.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Se não houver causas externas!…

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Mesmo assim, imagine que o mundo acabava agora e íamos ver como é que o programa está executado hoje: o penúltimo pedido de pagamento está apresentado, 9 dos 10 pedidos de pagamento estão apresentados, Portugal foi o segundo país da Europa a apresentar o nono pedido de pagamento.

Protestos do Deputado do CH Rui Afonso.

Como é que alguém pode ter a coragem de dizer que o programa está atrasado? Não, não está.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Está, está!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Estamos até adiantados, Sr. Deputado.

Agora, há aqui um ponto que não quero esconder: daqui até 31 de agosto, temos muito trabalho pela frente. É preciso uma atenção diária e constante sobre cada um dos projetos. A nossa Administração Pública toda, as autarquias locais, as empresas, as universidades, os centros de investigação, as IPSS e toda a sociedade civil têm de se mobilizar para cumprir até 31 de agosto.

O acompanhamento que nós fazemos do assunto mostra que há condições para cumprir. É preciso que as pessoas mantenham a pressão e executem aquilo que está previsto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega, para fazer perguntas ao Sr. Ministro.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro, trazer as perguntas escritas tem o mesmo problema que trazer o missal. Nós ficamos com fé, que é o caso — o Sr. Ministro está com o missal e está com fé —, e não cola com a realidade.

Risos do CH.

Eu até compreendo, porque estamos aqui quase há 1 hora em modo de comício do PSD, que é o que vocês têm fé que esteja a acontecer, que choca de frente com a realidade do que está a acontecer no terreno.

Passados quase quatro meses, repito, quatro meses da tempestade *Kristin* e do comboio de tempestades que lhe seguiu, Sr. Ministro, a pergunta é, pelo que vemos no terreno: quando é que os apoios todos vão chegar às populações? E a outra questão é: se o problema e o atraso que houve foi da fraude, qual é a percentagem dessa fraude?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, eu percebo que o Sr. Deputado João Ribeiro é homem de pouca fé, mas é livre para isso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pouca fé no seu Governo!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Registei as suas palavras sobre um alegado comício do PSD. Isso significa duas coisas.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E a resposta?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Significa que o Sr. Deputado acha que as coisas estão a correr bem,…

Vozes do CH: — Não estão!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … porque é o que se diz nos comícios, são as coisas que as pessoas gostam de ouvir, é quando as coisas correm bem, e é isso que se leva para os comícios. Portanto, significa que as coisas estão a correr bem.

Mas notei também do seu lado algum desconsolo, alguma descrença, algum desencanto, porque, afinal, as coisas estão a correr bem.

Nessa parte, Sr. Deputado, queria fazer-lhe um apelo: associe-se às pessoas que têm vontade de executar este programa completamente, faça votos para que o programa seja integralmente cumprido, porque isso é muito bom para Portugal e é muito bom para a imagem de Portugal em Bruxelas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … é muito bom para facilitar as negociações do próximo quadro financeiro plurianual.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Patriotismo!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Por isso, é muito importante que o programa seja integralmente cumprido. Eu gostaria de ver todo o Parlamento unido em torno da vontade de cumprir o PRR.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Ribeiro, tem novamente a palavra, para continuar as suas perguntas.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não sou só eu que não tenho fé no Governo. É que as recentes sondagens mostram que os portugueses também não têm fé no Governo.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Sr. Ministro, vi que fugiu à pergunta da tentativa de fraude. É preciso vermos que a tentativa de fraude foi muito grande e é um sinal que o Governo devia levar em conta, porque a eliminação do visto prévio, se calhar, vai levar a que aconteça o que aconteceu com as fraudes constantes nestas situações. Por isso, devíamos repensar.

Sr. Ministro, queria dar-lhe os parabéns, porque o seu ministério foi o primeiro a ter uma efetiva reforma do Estado. Falo das CCDR. Qual foi a reforma do Estado? Foi mais cinco tachos em cada CCDR, 25 no total. Se calhar, foram 26, porque temos de contar também com o encaixado vice-presidente, aquele que veio do Fundão, lá da minha terra, e que está na Estrutura de Missão, ou até foram 27, porque se calhar também temos de contar com o Presidente da Água que Une.

Protestos de Deputados do PSD.

Ou seja, a reforma do Estado, no seu ministério, foi mais cargos, mais lugares.

Diga-nos, Sr. Ministro, o que é que as populações do interior ganharam com estes governos regionais feitos na secretaria. Diga-nos o que é que ganharam.

Outra questão, Sr. Ministro. O aumento brutal dos combustíveis…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

… é muito sentido aqui no litoral, mas no interior, na zona da Raia, os portugueses têm uma solução, que é ir a Espanha, só que vão comprar combustível, vão fazer as compras normais e acabam por fazer lá algum turismo de circunstância, o que destrói ainda mais as economias da Raia.

A pergunta, Sr. Ministro, é esta: o que é que o Governo vai fazer para não destruir, e é mesmo destruir, toda a zona do interior e a zona da Raia, que está a ser claramente afetada por esta situação?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Ribeiro, quando acabam os argumentos, vêm as sondagens.

Risos do PSD.

Protestos do CH.

Mas acho que, nesse caso também, o Sr. Deputado não está a ir no caminho certo, porque aquilo a que se está a referir é um inquérito *online*, não é uma sondagem, portanto, é melhor não se fiar muito naqueles resultados. O melhor é olhar para os resultados da governação e não para os resultados dos inquéritos *online*.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. Deputado referiu aqui, vagamente — não entendi exatamente o que quis dizer —, fraudes ou tentativas de fraude nos apoios do PRR.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Não foi no PRR! Foi fraudes nos apoios às tempestades!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sobre essa matéria, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que não tenho nenhum dado que lhe possa reportar a esse respeito. Portanto, o que lhe posso dizer a esse respeito, a si, a todos os Srs. Deputados e a todos os portugueses, é que, se tiverem conhecimento ou indício de fraudes em matéria de fundos europeus ou de fundos nacionais,…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Têm o Ministério Público!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … apelo insistentemente a que façam a denúncia ao Ministério Público, para que seja totalmente apurado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem! Apresentem, senão são cúmplices!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Agora, relativamente às candidaturas que foram apresentadas no âmbito dos apoios dos 10 000 €, posso dizer-lhe que há muitas candidaturas que foram indeferidas. Não sei se houve fraude ou se não houve fraude, mas que não houve razões para pagar, em muitos casos, não as houve, e as candidaturas foram, simplesmente, indeferidas.

Quanto às comissões de coordenação, o que lhe posso dizer é o seguinte: o Governo está a trabalhar no bom caminho, colocando nas comissões de coordenação regional serviços de natureza regional que estavam dispersos, que trabalhavam cada um para o seu lado e que agora passam a trabalhar na mesma casa, sob o mesmo teto, sentam-se à mesma mesa para tratar os assuntos da política regional, que é mais do que um somatório de políticas setoriais — daí a importância de sentar à mesma mesa o conjunto dos responsáveis regionais das diferentes políticas setoriais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Ribeiro tem novamente a palavra, para fazer perguntas.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, parece-me que não há contacto entre o Presidente da Estrutura de Missão, Paulo Fernandes, e este Governo.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — É que o Sr. Presidente da Estrutura de Missão disse-nos a nós, Deputados, que tiveram muitas situações de fraude. Todos nós ouvimos: ouvimos em Leiria, ouvimos aqui no Parlamento — estamos a falar da tempestade *Kristin* — e ouvimos lá, no terreno.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não sei exatamente qual é a pergunta, mas vou repetir a minha resposta.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Estou a falar dos esquemas de fraude!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Há milhares de situações de candidaturas aos apoios que foram indeferidas.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Por tentativas de fraude!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Se por detrás disso há fraude, ou se é apenas erro, ou se é apenas uma má interpretação do concurso e a pessoa pensava ter direito a uma candidatura a que afinal não tinha, não sei. Isso, os tribunais julgarão.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Casas que não existem! Duas pessoas a pedir para o mesmo sítio!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Deputado, se tiver conhecimento de alguma situação, faça favor de comunicar ao Ministério Público.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Foi o Paulo Fernandes que disse!

Vozes do PSD: — Não foi nada! O Paulo Fernandes não disse nada disso!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Aquilo que digo a si, digo ao Presidente da Estrutura de Missão, a todos os servidores do Estado e a todos os portugueses: quem tiver conhecimento ou tiver suspeita de fraude, deve comunicar ao Ministério Público.

Sr. Deputado, insisto: se tiver conhecimento, comunique; se conhecer alguém que tenha conhecimento, incentive-o a comunicar. É isso que eu faço. Qualquer pessoa que conheça fraude, não deixe ficar para trás. Ninguém pode ficar calado. É o seu dever. Se tiver conhecimento, comunique. Peço-lhe esse favor, a bem da República.

Quanto à CCDR, já tinha respondido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra agora, para dirigir perguntas ao Sr. Ministro, o Sr. Deputado Ricardo Reis.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, se não tem o contacto do Sr. Presidente da Estrutura de Missão, Paulo Fernandes, podemos fornecer-lho. Talvez ele lhe possa dizer diretamente, uma vez que o seu Governo não tem contacto com ele.

Aplausos do CH.

O tema que trago agora é bem diferente. Falo de algo completamente caricato que li esta semana. Então, o Sr. Primeiro-Ministro, ao seu estilo, aquele estilo de quem sacode a água do capote, veio dizer aos jovens para não irem para fora esbanjar o seu talento, como se os jovens fossem esbanjar o seu talento pura e simplesmente porque querem! Deixavam cá as suas famílias, deixavam a oportunidade de estar no seu País para irem lá para fora, só porque lhes apetece!

Então, diga-me, Sr. Ministro, se concorda que é um mero capricho dos jovens, como disse o Primeiro-Ministro, quererem ir para a Alemanha ou para o Luxemburgo para não ganharem salários de 1000 €, mas ganharem o triplo ou o quádruplo.

Concorda com o Sr. Primeiro-Ministro, que disse que é um capricho dos jovens não quererem estar num País em que 4 em cada 10 jovens têm contratos precários? E a prioridade deste Governo, qual é que é? Pacote laboral, com mais precariedade para os jovens.

Diga-me, Sr. Ministro, se concorda com o que o Primeiro-Ministro disse, que os jovens têm o capricho de quererem ir lá para fora,…

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

… porque não querem estar num País onde 18 % de vocês que aí estão, nas galerias, estão desempregados. Só aos 30 anos é que conseguem sair da casa dos vossos pais, e comprar uma casa é hoje uma miragem, coisa que não era para as gerações anteriores. Isso é que é verdade!

Aplausos do CH.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Eu digo-lhe, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, sem problema: sabe porque é que para o Primeiro-Ministro é um capricho? É porque o Primeiro-Ministro e este Governo governam só para um tipo de jovens — são os jovens que têm Spinumvivas para herdar,…

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — … e não estes jovens do País real. Esta é a verdade!

Aplausos do CH.

Depois, não nos podemos esquecer de uma coisa. O Sr. Ministro é Ministro da Economia e da Coesão Territorial. Por muito que se esqueça, não é o ministro da mendigagem aos fundos europeus. É o Ministro da Economia e da Coesão, que só tem futuro se houver jovens neste País. E jovens não é só no litoral, é também no interior. Dizem-nos estudos recentes que 80 % dos jovens portugueses que residem no interior gostavam de poder lá ficar, gostavam de ter uma oportunidade de lá ficar, mas nós temos um País que há 50 anos se esquece do interior,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — … que há 50 anos obriga os jovens a virem para o litoral e depois não lhes dá condições, obrigando cada um de vocês, que mora no interior do País, a emigrar lá para fora, porque nem litoral, nem interior — não há condições neste País para os jovens!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Por fim, uma outra pergunta que lhe faço: que economia queremos para o futuro? Vamos continuar com uma economia ao estilo socialista, que importa a mão de obra mais barata que o mundo tem, menos qualificada, e depois diz que os jovens emigram por mero capricho?

Não emigram por mero capricho, emigram por causa desta economia de baixa qualidade que estamos a criar, em que um qualquer Abdul do Bangladesh que aqui chega compete com um cérebro qualificado português,…

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — … mas nem uma motoreta sabem conduzir!

Querem uma economia desse género, uma economia de baixo valor, em que os nossos jovens emigram porque não estão para competir pelos salários mais miseráveis.

Por isso, uma última questão, Sr. Ministro: é desta que o Sr. Ministro e o seu Governo vão aprender que não é por capricho que os jovens emigram, mas pela vossa incompetência e a do Partido Socialista? E, acima de tudo, vão ouvir jovens reais, ou só contam os jovens cujo apelido é Montenegro?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Reis, o trabalho do Governo é criar condições para que os jovens não tenham de sair do País, para que possam escolher em liberdade ficar no País.

É por causa disso que estamos a aumentar os salários, é por causa disso que estamos a baixar os impostos, é por causa disso que criámos o IRS Jovem, é por causa disso que criámos condições para que lhes seja mais fácil comprar casa, e é por causa disso que estamos a apoiar imenso a criação de novas empresas de base tecnológica, *startups* tecnológicas — Portugal nunca teve tantas como no ano de 2025 —, justamente para criar condições para que os jovens possam ficar em Portugal, seja no litoral ou seja no interior. Criámos todas as condições, ou tentámos criar, para que os jovens possam aproveitar todo o seu talento em Portugal e ficar na terra que os viu nascer.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao Partido Socialista, e porque já estão as galerias devidamente preenchidas…

Continuação de protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho e contraprotestos do CH.

Sr. Deputado Ricardo Carvalho…

Pausa.

Muito obrigado.

Como dizia, informo a Câmara de que estão presentes nas diversas galerias, a assistir aos nossos trabalhos, alunos e professores do Centro de Estudos de Fátima; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Grândola; alunos e professores da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Politécnico de Leiria; alunos e professores da Escola Secundária José Afonso, de Loures; alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Cerco, do Porto; alunos e professores da Academia Profissional Prof. Albino Matos, de Paços de Ferreira; alunos e professores da Escola Secundária de Amarante; alunos e professores da Escola D. Pedro I, de Vila Nova de Gaia; alunos e professores da Escola Superior de Educação, do Politécnico do Porto, que são a razão pela qual temos as nossas telas para a linguagem gestual; um grupo de alunos e professores da Escola Básica Bairro do Restelo; e alunos e professores da Escola Profissional de Economia Social, do Porto.

Aplausos gerais.

Agora, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, para a primeira pergunta.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, dois anos de Governo da AD, dois anos de promessas, anúncios e propaganda, mas, na prática, pouco ou nada se vê na economia.

Os números são claros. O Governo falha e continua a falhar diariamente aos portugueses e às empresas. É um Governo que adia a nossa economia. O Sr. Ministro esquece a economia. Basta ver a crise institucional da IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) e da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), esta última com três presidentes no último ano e novamente em crise institucional.

Vamos a dados. Ainda ontem, Bruxelas reviu em baixa o crescimento económico, de 2,2 % para 1,7 %.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É só em Portugal?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, o crescimento que prometeram aos portugueses continua adiado.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

E tudo isto com Portugal a registar uma das maiores taxas de inflação da União Europeia.

Em 2022, Portugal cresceu 6,8 %. Em 2023, 2,3 %. Em 2025, já com o Governo da AD, cresceu apenas 1,9 %, muito longe dos 3 % que a AD dizia, em campanha eleitoral, serem fáceis de alcançar.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Mas não é só isso, Sr. Ministro. Ainda hoje, o jornal *Público* diz: «Exportações portuguesas desaceleram e acendem alarmes em Bruxelas». É este o seu legado. O Sr. Ministro é hoje o ministro do crescimento perdido, dos planos que não executa e das promessas que não cumpre — um padrão!

Aplausos do PS.

O PRR aproxima-se do seu fim e continua sem chegar à vida real das pessoas, seja na habitação, nas escolas, na saúde ou na área social. Na passada quarta-feira, neste Parlamento, ficou evidente o atraso do PRR em chegar ao País real e, curiosamente, o Sr. Ministro preferiu faltar a esse debate.

Ao contrário do que tentaram aqui demonstrar, no início do Governo da AD, éramos um exemplo a nível europeu; os dados são indesmentíveis e o Sr. Ministro não os contrariou aqui.

Não temos atrasos? Sr. Ministro, com casas em papel, com residências inauguradas sem estudantes e com a área social fechada, não temos atrasos?!

Em relação às tempestades, que atingiram sobretudo a região centro, muitas famílias e empresas continuam à espera dos apoios rápidos que o Governo prometeu. E até as autarquias recebem adiantamentos sem conhecerem os critérios, os cálculos ou as intervenções abrangidas.

E há mais um dado preocupante: Portugal está em último lugar na execução do Portugal 2030, entre os países da União Europeia.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — E porquê?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Que triste liderança! É este o exemplo do País do CR7!

Aplausos de Deputados do PS.

Sr. Ministro, perante estes números, estes atrasos e estas promessas falhadas, a pergunta é simples: como explica ao País que, ao fim de dois anos, Portugal tenha menos crescimento e menos execução?

Sejamos realistas: o Sr. Ministro é o rosto claro do crescimento adiado em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Costa, vejo que está pouco confortável com os números que têm saído sobre a economia portuguesa.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Também acho!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — E como não está confortável com os números dos resultados, aplica-se nas projeções.

Se olhar para os resultados da economia, Sr. Deputado,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … os mais recentes resultados — os mais recentes resultados! — dizem-lhe que as exportações, em março de 2026, o último dado conhecido, cresceram 20,9 % em cadeia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aí está! O PS enganou-se outra vez nas contas!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Em termos homólogos, cresceram mais do que 10 %. O PIB do primeiro trimestre cresceu 2,3 %. O investimento direto estrangeiro, no seu último ano conhecido, teve o maior valor contratado com a AICEP desde a Autoeuropa. Sr. Deputado, é desde o século passado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — É o maior volume de investimento direto estrangeiro contratado.

Voltando aos dados recentes, de março de 2026, houve um crescimento da produção industrial de 3,2 % e um crescimento das vendas no comércio de 5,3 %.

Ó Sr. Deputado, eu sei que isto é menos do que nós ambicionamos, mas são dados positivos. Tomara a muitos países!

Agora, sobre o que eu gostava de ouvir o Sr. Deputado falar é sobre as medidas de política que os senhores têm para apresentar para melhorar estes dados, que são bons.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Portugal tem um programa, o Governo sabe o que está a fazer e tem um caminho, uma trajetória, um rumo para melhorar estes resultados. Mas não diga mal dos nossos empresários, não diga mal da nossa economia, porque ela tem um grande potencial, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Nós precisamos é de lhe dar mais densidade tecnológica, precisamos de apostar mais na inovação para melhorar as nossas exportações.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Esse é que é o caminho que temos de seguir: mais investimento, mais inovação, mais tecnologia, para permitir mais exportações, para melhorar o patamar do crescimento económico, para chegar ao ponto essencial, que são os salários, que estão a crescer muito acima da inflação, mas que estão ainda muito distantes do salário médio europeu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para colocar questões ao Sr. Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, Sr. Ministro, o turismo é um setor de excelência do nosso País e o Sr. Ministro disse, e bem, que o turismo é um setor que puxa pela economia. O problema é que o Governo tem estado a puxar para baixo a imagem externa do turismo português, devido às longas filas nos aeroportos. Esse é um problema que nós temos no nosso País!

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que acabaram com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)?!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Este é o terceiro verão em que o Governo não resolve o problema, e isto tem um impacto direto num setor estratégico do nosso País, que é o turismo.

Por isso, apenas lhe deixo duas questões.

Ontem, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação pediu desculpa pela situação no aeroporto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — «Desculpa» têm de pedir vocês, que acabaram com o SEF!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sendo o Sr. Ministro o responsável máximo pelo setor do turismo e sendo o turismo o setor mais impactado, o que lhe pergunto é se vai ou não pedir desculpa a um setor de excelência, aos empresários do turismo, às instituições que investem no turismo, porque tudo o que está a acontecer no aeroporto está a pôr em causa a imagem externa do País.

Segunda pergunta: mais do que desculpas, o que é que o Governo está a fazer para acabar com esta situação, que é altamente prejudicial?

Vamos em dois anos de governação e no terceiro verão. No primeiro era compreensível, no segundo incompreensível, mas no terceiro é intolerável que ainda não esteja resolvido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabaram com o SEF e vêm com esta cantiga!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Fazenda, quero dizer-lhe que eu e todo o Governo estamos igualmente preocupados com aquilo que tem acontecido no aeroporto, particularmente no Aeroporto de Lisboa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Nós também!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Os Srs. Ministros das Infraestruturas e Habitação e da Administração Interna falaram recentemente sobre isso e esclareceram totalmente o País sobre como veem a situação e como contam resolvê-la. Eu estou totalmente confiante de que a curtíssimo prazo a situação ficará resolvida, como deve, porque é essencial para que o turismo possa crescer e desenvolver-se conforme tem vindo a crescer.

Mas, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que, apesar de tudo isso, que é um problema sério, o turismo português tem tido um comportamento impecável. Em 2025, o número de hóspedes aumentou, as receitas do turismo aumentaram, e o mesmo se está a passar no primeiro trimestre de 2026. Apesar da *Kristin*, apesar de Leiria e apesar da guerra no golfo, mesmo no primeiro trimestre de 2026, nós estamos a crescer relativamente ao primeiro trimestre de 2025. E a perspetiva que hoje temos, se não acontecer nada de anormal, é que o ano de 2026 será bem melhor do que o ano de 2025, em matéria turística.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para colocar questões ao Sr. Ministro, o Sr. Deputado Pedro Coimbra.

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: «Não é difícil pôr a economia portuguesa a crescer acima dos 3 %.» É conhecido que esta frase pertence ao Sr. Ministro das Finanças.

Sr. Ministro, o Banco de Portugal, em março, projetou 1,8 % de crescimento para 2026, 1,6 % para 2027 e 1,8 % para 2028 — muito, muito abaixo da propaganda eleitoral da AD. A divergência entre promessas e resultados já não é só uma retórica; são factos e números oficiais. Estes maus resultados estão diretamente ligados, entre outros indicadores macroeconómicos, à balança comercial e ao investimento direto estrangeiro.

Em 2025, as exportações de bens e serviços cresceram apenas 0,4 % em volume, enquanto as importações aumentaram 4,2 %, o que, tudo junto, tornou mais negativo o contributo da procura externa líquida para o crescimento.

O investimento direto estrangeiro foi uma verdadeira tragédia para o País, no ano de 2025.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É ao contrário!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Ministro, são números, são factos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é nada!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — O fluxo caiu para 8,5 mil milhões de euros, o que é menos 34,9 % do que em 2024. Nunca se viu uma descida tão grande.

Aplausos do PS.

O Governo da AD, de facto, bateu aqui um recorde assinalável. Na prática, Sr. Ministro, os indicadores macroeconómicos dizem que a degradação da economia portuguesa é uma realidade e que isso está a pagar-se no aumento do custo de vida para os portugueses e para as famílias.

Sr. Ministro, tenho duas perguntas. Primeira: como explica a quebra recorde de 34,9 % nos fluxos de investimento direto estrangeiro? Segunda: como explica que, após a propaganda do Governo, de crescimento acima de 3 %, a procura externa líquida se tenha tornado mais negativa?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Coimbra, eu também sou da opinião, ou partilho a opinião, do Ministro das Finanças de que não é difícil fazer crescer ou aumentar o crescimento económico, mas que demora tempo.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Ah, pois é!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sobretudo, daria imenso jeito se não houvesse tempestades em Leiria e se não houvesse guerra no Golfo.

Vozes do PS: — Ah…!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Eu gostava de saber se algum dos Srs. Deputados tem solução para estes problemas, sem os refletir no crescimento económico.

Agora, quanto ao investimento direto estrangeiro, eu quero repetir ao Sr. Deputado que o ano de 2025 foi o ano em que foi contratado o maior volume de investimento direto estrangeiro, por um valor que já não acontecia desde a Autoeuropa, nos anos 90.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Estava guardado em *stock*!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Por isso, Sr. Deputado, acho que estamos no bom caminho, no que respeita ao investimento direto estrangeiro e estamos muito confiantes, porque a imagem de Portugal no estrangeiro é muito favorável ao investimento. Portugal está a gozar de uma boa reputação. Portugal é considerado um País com estabilidade política, com estabilidade económica, com estabilidade social.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

É considerado um País amigo do investimento. O mundo sabe das nossas contas públicas e de como temos contas públicas equilibradas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O mundo sabe!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — O mundo sabe que a nossa tendência é baixar o imposto sobre os lucros das empresas e tem previsibilidade sobre o futuro, nessa matéria, sabendo que não vai ter aumentos de taxas dos lucros sobre as empresas.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E as exportações?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Quanto ao custo de vida, Sr. Deputado, sejamos claros, vamos dizer ambos a verdade.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Já disseram!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Deputado, eu ponho-me de acordo consigo, quando diz que o custo de vida está a aumentar. Eu digo que estamos de acordo. Agora, ponha-se de acordo comigo e diga também que, apesar disso, os salários estão a aumentar mais do que o custo de vida e, portanto, as pessoas estão a viver melhor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E as exportações?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, do Partido Socialista, para questionar o Sr. Ministro.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, estamos a caminho de completar quatro meses das tempestades que devastaram territórios e, portanto, há que falar aqui da realidade.

Há quatro meses que há pessoas isoladas sem comunicações e sem acesso à televisão; crianças a terem aulas na igreja;…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Com a missa!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … bombeiros em tendas e sem rede para estabelecer comunicações; casas de pessoas ainda sem telhado e sem condições financeiras de o colocar; comerciantes que não têm programa de auxílio e que desesperam com o passar do tempo; empresários que encontram resposta apenas no endividamento adicional.

Portanto, Sr. Ministro, porquê isto? Como é que o Governo sai de uma situação destas? Estou só a exemplificar com questões prementes.

Há quase quatro meses, os municípios, aqueles que foram eficazes, fizeram tudo, tudo o que podiam. Ainda lá estão todos os dias e querem saber aquilo com que podem contar. O tempo que tenho é pouco e, portanto, dou dois exemplos, mas o território tem muitos outros.

Em, Alcácer do Sal, o município identificou prejuízos em estradas, edifícios e equipamentos de utilização coletiva na ordem dos 80 milhões de euros. Recebeu, até agora, 2 milhões e meio. Acresce que aguarda que o ministério do Sr. Ministro desbloqueie o contrato-programa, segundo a unidade de missão, há dois meses nas mãos dos senhores, para que paguem os monoblocos alugados para alojarem 17 famílias cujas casas inundaram. Porquê isto, Sr. Ministro? Quando é que sai desta situação?

Em Leiria, na sua esfera de atuação, o município identificou mais de 193 milhões de euros de prejuízos. Recebeu 11 milhões e já investiu 37 milhões, 4 dos quais em pagamento de impostos, o que obviamente retorna para o Estado. É preciso saber, Sr. Ministro, como é que se sai disto e porque é que esta situação perdura.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — É mudar o Governo e mandar para lá o Chega, pronto!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — É isto que tenho de lhe perguntar, é para isto que gostava de respostas objetivas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, vejo que faz um juízo muito severo sobre a ação do Governo em resposta às tempestades.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Tem questões objetivas para responder!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Eu tenho respeito pelas questões que coloca,…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Então responda!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … mas não podemos perder a visão de conjunto do que está a ser feito no País.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Oh, oh!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Cada um dos casos que apresenta merece atenção, mas não podemos tomar a parte pelo todo.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

Globalmente, eu diria que os apoios que o Estado está a atribuir às pessoas estão a correr bastante bem.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — As pessoas estão a ouvir, Sr. Ministro!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Na maioria das áreas, as pessoas estão satisfeitas. As empresas receberam dinheiro a horas, o *lay-off* simplificado funcionou, as famílias que precisavam de dinheiro para a sua subsistência tiveram-no, e foram milhares delas. Esse processo, Sr.ª Deputada, correu bastante bem.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E este?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Há duas situações em que as coisas não correram tão bem: no pagamento às pessoas que ficaram com as casas deterioradas e nas indemnizações de até 10 000 €. Há muita gente que ainda está à espera de que os municípios façam as respetivas avaliações.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

O Governo não pode pagar antes das avaliações feitas. Compreendemos as dificuldades dos municípios em fazerem as avaliações, porque são 36 000 casos, apesar de espalhados por muitos municípios.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — O que eu disse é verdade ou mentira?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Mas há concentrações importantes. Sem embargo disso, vários concelhos, vários municípios já têm os processos totalmente completos.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E Alcácer?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Agora, queria eu dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que não tenho memória da prática que este Governo seguiu de fazer adiantamentos por conta dos prejuízos.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Em Leiria, foram 11 milhões!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — A Sr.ª Deputada vem dizer que é pouco adiantamento, mas, Sr.ª Deputada, nunca tinha sido feito! Nós nunca tivemos o Partido Socialista a ensinar-nos como é que se fazia, porque o Partido Socialista, em anos e anos de Governo, nunca fez adiantamentos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

E nós agora fizemos.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Uma pandemia nas vossas mãos havia de ser lindo!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Fizemos, fomos moderados, fomos cautelosos e, no caso que aqui apontou, por exemplo, do município de Leiria, esse município recebeu um adiantamento de cerca de 11 milhões de euros.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ah, pois!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Eu quero que a Sr.ª Deputada tenha consciência, peço-lhe que tenha consciência de que nós não sabemos ainda qual foi o prejuízo efetivo do município de Leiria. Sabemos qual foi o valor dos encargos. E qual é a parte que os seguros vão pagar? Ainda não está apurada. Nós contamos fazer uma comparticipação nas despesas municipais, depois de se apurar qual é a parte que é tomada pelas companhias de seguros.

Sr.ª Deputada, não vamos poder tratar da mesma forma os municípios que têm seguros e os municípios que não têm seguros. De outra forma, é um incentivo a que ninguém faça seguro.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — A nossa regra vai no sentido contrário: nós queremos mesmo é generalizar os seguros…

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Quais são os critérios?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … e a ideia é vir a tornar o seguro obrigatório, quer para as casas quer para as empresas.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E Alcácer?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Relativamente a Alcácer, Sr.ª Deputada e Sr. Deputado, é um caso particular, entre todos. É uma situação excecional, entre todas. Foi, por exemplo, o único caso, tanto quanto tenho conhecimento, em que, no dia das calamidades, se alugaram casas portáteis, casas móveis, para instalar famílias. Isso nunca tinha acontecido. É um tratamento especial que estamos a dar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Dois meses à espera de resposta!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mais 10 milhões! São 21, já!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Testa, com o tempo sobrante, para questionar o Sr. Ministro.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, está tudo a correr tão bem, tão bem, tão bem, que nem sequer teve humildade para pedir desculpa ao sector do turismo, que sofre com a má imagem que Portugal deixa, em todas as aerogares neste País.

Aplausos do PS.

O Sr. Ministro não passa de um ministro da propaganda, que desconhece números e…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

Vamos passar para a ronda seguinte, que começa com a Iniciativa Liberal. Para fazer a respetiva pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, falemos um pouco também de economia. Falemos de crescimento económico, falemos da estratégia das políticas públicas ao serviço da economia, ao serviço do crescimento económico. Falemos da visão do seu Governo para a economia, da visão do Ministro da Economia para a economia, da sua visão para a economia. Falemos de produtividade e de competitividade da nossa economia face aos nossos concorrentes.

Falemos de tudo isto, porque falar de economia é falar da retenção dos nossos jovens, é falar do crescimento dos salários, é falar de qualidade de vida e da capacidade do Estado de exercer a sua função social ou prestar serviços essenciais.

O tempo não é vasto, mas estou seguro de que vamos conseguir fazer uma boa gestão.

Vamos começar pelo tema do crescimento económico. Para convergir com a Europa, a nossa economia precisava de crescer 3 % ou mais, ao ano, nos próximos 10 anos. O seu Orçamento do Estado prevê um crescimento de 2 %, o Banco de Portugal estimou 1,8 %, e a União Europeia, 1,7 %. Sei que se vai escudar em externalidades negativas, mas, como estamos a falar de países europeus, julgo que todos podemos concluir que estão sujeitos às mesmas externalidades e aos mesmos apoios que Portugal.

Portugal, em 2000, estava a 85 % da média europeia, em termos de PIB *per capita*. Hoje, 25 anos depois, estamos a 81 %, em termos do mesmo medidor de PIB *per capita*.

Em 25 anos, conseguimos afastar-nos dessa convergência e fomos ultrapassados por países como a Eslovénia, a República Checa, Malta, a Polónia, a Hungria e a Lituânia. São economias que partiram de uma base de desenvolvimento inferior à nossa, mas, mesmo assim, nós conseguimos cair do 15.º para o 18.º lugar. São 25 anos numa estagnação estrutural.

São normais, naturalmente, flutuações em todas as economias, mas verificamos uma capacidade superior de resiliência em economias que apostam em políticas liberais, que optam por políticas económicas contracíclicas e por uma menor dependência da dívida pública, garantindo assim um crescimento sustentável ao longo dos anos e a resiliência necessária para poder ultrapassar os momentos com um impacto recessivo.

Antes de começarmos a falar da média da União Europeia, recordo que, neste século, Portugal teve um crescimento acumulado de 26,3 %, a União Europeia de 41,2 % e países liberais, como a Estónia, a Irlanda, a Dinamarca, os Países Baixos e a Suíça, de 61,9 %.

Por isso, a primeira pergunta que gostaria de fazer é se concorda que estamos estagnados há 25 anos e qual a sua visão para o processo de convergência com a União Europeia.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Rangel, tenho a sensação de que olhámos para os mesmos gráficos, para as mesmas estatísticas do Eurostat, mas não lemos exatamente o mesmo. O gráfico do Eurostat mostra que, de 1995 até 2024, que é o último dado conhecido, nós aproximámo-nos um ponto, de 81 para 82. É pouquíssimo, mas aproximámo-nos um ponto. E não é mérito deste Governo.

Por sinal, em 2024 e em 2025, nós aproximámo-nos, em cada ano, da média europeia. Nós superámos a média europeia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Portanto, 2024 e 2025 foram anos positivos, porque nos aproximámos mais da média europeia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — A estimativa que é possível fazer hoje é que já estamos nos 83. É muito pouco, Sr. Deputado, mas é quebrar 25 anos a marcar passo. Durante muito tempo,

estivemos a marcar passo e, nos últimos dois anos, demos passinhos pequenos de aproximação à média europeia.

É esse o nosso objetivo. Sr. Deputado, deixe-me ser claro:…

Protestos do Deputado da IL Miguel Rangel.

… Portugal não pode descansar enquanto não atingir a média europeia em PIB *per capita*. Eu acho que esta deve ser a ambição de todos os portugueses. Tenho a sensação de que estaremos juntos para definir um propósito destes, que é um propósito alcançável na nossa geração — na sua, pelo menos.

Isto é um assunto que se resolve em 20 anos e está ao nosso alcance fazê-lo. Pergunta «como?». Eu tenho a noção de que há aqui três pilares essenciais e vou dizê-los pela ordem em que os valorizo.

O primeiro pilar é transformar completamente a relação do Estado com as empresas. Hoje, como eu já disse, o Estado impõe às empresas um imposto pesado, que é a burocracia. As empresas perdem imenso tempo a lidar com a burocracia do Estado, a esperar pelo licenciamento de uma empresa e, depois de estar a funcionar, ainda é preciso pedir um licenciamento para este ou para aquele aumento da empresa. Temos de acabar com essa burocracia e, Sr. Deputado, garanto-lhe que, no fim da Legislatura, o panorama vai ser totalmente diferente. Vai ver que haverá uma plataforma onde todo o processo de licenciamento vai decorrer, incluindo na vertente do ambiente e do ordenamento do território e também na parte da economia.

O segundo pilar é favorecer o investimento. A economia precisa de investimento. Aí, o Banco de Fomento está a dar uma grande ajuda, garantindo os créditos dos bancos às empresas. Os próprios fundos europeus são um impulso ao investimento, são um incentivo ao investimento produtivo.

O terceiro pilar fundamental é a inovação. Não é trabalhando mais horas, é produzindo com mais valor que as nossas empresas vão aumentar a sua produtividade e, logo, a sua competitividade.

Por isso, é necessário o investimento na inovação, e por isso a aposta que estamos a fazer é juntar o conhecimento, a ciência que se faz nas universidades, com a inovação, que é levar o conhecimento até às empresas, transformar o conhecimento em faturas, como eu gosto de dizer, para que o tecido produtivo beneficie de todo o conhecimento, de toda a ciência que é produzida hoje em Portugal.

Nós não temos nada contra a ciência pura. Sabemos que há ciência, há investigação que não se vai traduzir em faturas. O que nós queremos é que toda aquela que possa traduzir-se em faturas acabe por se traduzir em faturas. Por isso, ao juntar na mesma casa, sob o mesmo telhado, à volta da mesma mesa, a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e a ANI (Agência Nacional de Inovação), estamos a criar condições para melhorar o nível de inovação das nossas empresas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Rangel, tem a palavra, para questionar o Sr. Ministro.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, fico contente que acompanhe a nossa avaliação de que estamos estagnados há 25 anos. Usou a expressão «marcar passo», mas julgo que estamos a falar da mesma coisa.

Em relação à média europeia, como sabemos, também estamos a beneficiar de alguma desaceleração das principais economias europeias, o que, por si só, também não é benéfico para a Europa. Portanto, gostaria de que a nossa aproximação à União Europeia fosse à custa do nosso crescimento e não à custa da desaceleração de outras economias. Por isso é que lhe falei das médias europeias.

Sr. Ministro, já tocou num tema, que é exatamente o próximo de que lhe vou falar, que é a competitividade e a produtividade.

Nos últimos 10 anos, o PIB cresceu 21 %, o emprego 15 % e a produtividade 6 %, ou seja, o crescimento não foi suficiente, mas sobretudo esteve assente no aumento do emprego. Temos mais pessoas a contribuir para o PIB, mas apenas um quarto do crescimento se deve ao aumento de produtividade. Este é um problema crónico, que se deve a opções estratégicas do País.

Historicamente, os dados são uma desgraça. Em 1995, situávamo-nos em 69 %, face à média europeia, a nível de produtividade, e em 2023 estávamos em 7 %. Portanto, não avançámos praticamente nada.

Podemos falar de uma economia tradicional, mas o problema de Portugal não é apostar no comércio e turismo, não é a boa *performance* do sector do turismo. O problema da nossa economia é apenas apostar em sectores como o comércio e o turismo e não ter mais nenhum sector, para além do turismo, a crescer em Portugal.

Sem uma aposta na produtividade, Sr. Ministro, em sectores de alto valor acrescentado, Portugal não consegue ser mais competitivo e não consegue inverter a sua dependência do consumo interno nem elevar o peso das suas exportações. Portugal precisa de apostar em mais tecnologia, mais indústria de valor acrescentado, mais capacidade de investimento das suas empresas.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Precisa desesperadamente de menos burocracia e mais simplificação de processos administrativos repetitivos, na relação com o Estado. Esta é a resposta necessária para uma economia que paga melhores salários e para um País com um custo de vida aceitável.

Deixo-lhe aquela que considero ser a principal pergunta: qual é a sua visão para a nossa economia? Explique aos nossos empresários, explique aos nossos trabalhadores que políticas públicas pretende promover, junto da nossa economia, para melhorar a sua produtividade e a sua competitividade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, eu venho aqui para explicar aos Deputados, porque para explicar às empresas e aos agentes económicos, tenho conversado com eles todos os dias, todas as semanas, pelo menos,…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Todos os dias! Todas as manhãs!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … e, portanto, não faltam encontros. A CIP (Confederação Empresarial de Portugal), as confederações territoriais ou sectoriais sabem bem qual é o pensamento do Governo sobre o crescimento económico.

Contudo, tenho todo o gosto em tratar aqui um tema que é da maior relevância e agradeço ao Sr. Deputado que o tenha aqui tratado. Há um ponto que é sempre muito pouco referido, que é a aposta que estamos a fazer no reforço da intensidade tecnológica das nossas empresas. Esse é um caminho seguro, que nós temos de percorrer.

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

É por isso que, no concurso que foi agora aberto para fundos europeus, na reprogramação que fizemos, do Portugal 2030, a STEP (*Strategic Technologies for Europe Platform*) justamente orienta os apoios para o reforço tecnológico das nossas empresas, em áreas como as ciências da vida, a aeroespacial, as energias renováveis ou a defesa. São áreas inovadoras, com grande densidade tecnológica, em que é complicado arriscar. E é justamente onde há maior risco que nós estamos a fazer uma maior aposta dos fundos públicos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — É assim que deve ser: deixar a economia funcionar e colocar dinheiro, colocar o incentivo nos sectores onde o risco é maior.

E também, Sr. Deputado, foi a primeira vez que aconteceu em Portugal abrirmos um concurso para *deep tech*, justamente para favorecer aquelas empresas mais densamente tecnológicas, onde é muito arriscado investir dinheiro privado.

Gostava de lhe falar sobre o que vamos fazer no âmbito da inteligência artificial, um vetor fundamental da nossa ação. O Ministério da Economia está muito focado em apoiar as empresas de inteligência artificial e apoiar as empresas no processo de licenciamento, reduzindo-lhes as burocracias. Este é um caminho fundamental, que nós vamos seguir.

Desafio o Sr. Deputado, que vejo que tem interesse no assunto, a ir ver a demonstração das agendas mobilizadoras, que são um caso de sucesso.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Rangel, tem a palavra, para mais questões ao Sr. Ministro.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já sei que não tenho mais tempo. Acho que a minha gestão do tempo acabou por ser melhor, mas se puder responder nas próximas intervenções, agradeço.

Diz que está a resolver os problemas, mas a verdade é que os dados que nós temos, por exemplo, de um estudo do *Boston Consulting Group* dizem que, no final de 2025, cerca de três quartos dos jovens optam ou consideram emigrar para economias com outras possibilidades.

Vou dar-lhe também um exemplo de como políticas públicas e económicas vão para além, inclusive, até da política fiscal. Por exemplo, no setor eletrointensivo, as compensações de custos de carbono caíram de 22,9 milhões, em 2023, para 20,3 mil milhões, em 2024. Enquanto isso, Espanha e França reforçaram os seus apoios. O resultado é óbvio: as empresas vão para onde o regime é mais competitivo e Portugal continua a financiar a sua própria desindustrialização.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Agora, pelo Partido Comunista Português, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, para questionar o Sr. Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Alfredo está de greve, hoje!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, afirmou que os apoios chegariam em dias. A verdade é que passaram quatro meses desde as intempéries e há pessoas e muitas MPME (micro, pequenas e médias empresas) a quem não chegou um único cêntimo. O que sobra em farronca falta na concretização dos apoios, e nem vale a pena vir aqui com desculpas farrapadas e descartar-se das suas responsabilidades.

Para lá da propaganda, este é o exemplo acabado de um Governo que não faz o que é preciso, deixando populações abandonadas e à sua sorte — sim, abandonadas —, quando as famílias aguardam por prometidos apoios às habitações danificadas ou quando pequenos empresários, pequenos comerciantes, agricultores, pescadores, até ao dia de hoje, não receberam qualquer apoio para retomarem a sua atividade. Ou o que dizer das inúmeras instituições, coletividades, IPSS, bombeiros, cujas instalações ficaram danificadas e até agora nada?

A pergunta que tenho para si, Sr. Ministro, é: quando vai honrar a palavra dada e concretizar os apoios? As pessoas não precisam de conversa, precisam de que os apoios cheguem, efetivamente, onde é necessário. Para quando, Sr. Ministro?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, faça favor, para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.ª Deputada Paula Santos. Eu disse que os apoios iriam chegar rapidamente às populações e faço-lhe notar que, 15 dias depois do dia 28 de janeiro, estavam a chegar os primeiros apoios às populações.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quatro meses!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Veja bem, demorámos 15 dias entre o dia da tempestade e o dia em que chegou, pela primeira vez, apoio às populações.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Eu desafio a Sr.ª Deputada, que tem quase tão longa tradição parlamentar como eu, a encontrar outro ano, outra catástrofe, outro Governo que tenha conseguido fazer mais rápido. Não encontrou, de certeza.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Este não foi rápido!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Tenho a certeza de que, até hoje, é impossível encontrar uma situação em que um governo tenha reagido tão rapidamente como este Governo reagiu à tempestade *Kristin*.

Por isso, Sr.ª Deputada, diligência, da parte do Governo, houve. Tomou medidas imediatamente e pô-las no terreno imediatamente.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quatro meses!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Agora, há aqui um dado novo: a dimensão da catástrofe teve um alcance nunca até hoje visto. Só para pedir apoio para as casas, foram 36 000 pessoas.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Desculpas!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Nós acelerámos o processo, dispensando vistorias, quando os pedidos eram inferiores a 5000 €. Porém, acima de 5000 € — e estamos a falar de mais de 20 000 situações —, é necessária uma vistoria individual com os técnicos da câmara ou sob a responsabilidade da câmara.

Pois ajudámos as câmaras a encontrar técnicos exteriores, para poder fazer essas vistorias e há centenas de engenheiros e arquitetos que estão a ajudar as câmaras a fazer vistorias.

Sr.ª Deputada, do ponto de vista da ação do Governo, pergunto-lhe o que teria feito de diferente…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Tudo!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Que pergunta!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … para conseguir chegar mais rapidamente à totalidade das pessoas,…

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Oh!…

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … porque o sistema foi montado com imensa rapidez. Está a demorar tempo a chegar à totalidade das pessoas, porque é muito grande o seu número,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Só desculpas!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … mas a boa vontade do Governo existe e a eficácia do Governo está lá.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Está, está!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Agora, nós vamos continuar a apoiar as câmaras municipais, que estão agora já com um ritmo bastante acelerado.

É preciso dizer que tudo isto começou muito lentamente, do lado das câmaras municipais. Hoje, as câmaras municipais estão já com um ritmo acelerado, que é visível. Hoje, Sr.ª Deputada — também lhe chamo a atenção para isto — está publicado na *internet*, há um *dashboard* no *gov.pt* que permite avaliar quantos apoios estão a ser dados por dia, em que regiões, em que CIM (comunidades intermunicipais), em que autarquias locais, em que municípios, quantos processos estão analisados, quantos estão por analisar, quantos estão pagos, quantos estão indeferidos. Hoje, há uma grande transparência sobre isto.

O que lhe posso dizer é que as autarquias locais, através das CIM, em reunião que tiveram comigo em Leiria, comprometeram-se, tal como as CCDR, a ter o processo concluído em 30 de junho.

Dir-me-á: 30 de junho são cinco meses depois das tempestades. É verdade, Sr. Deputado, mas se terminar a 30 de junho continuará a ser o ano das tempestades mais rápido de todos, porque há indemnizações por pagar dos incêndios de 2017! Os de 2024 estão pagos a 100 %; os de 2025 só não estão a 100 % — mas estão a 90 e tal por cento — porque há meia dúzia de câmaras onde está concentrada a falta de apoios. Mas Sr. Deputado, tem havido, da parte deste Governo, uma diligência como nunca se viu em reparar as situações destas pessoas, e elas são as que mais merecem — é justamente nestas ocasiões que mais merecem o apoio do Estado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, continua no uso da palavra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, o que eu sei é que as primeiras palavras deste Governo foram de negação daquilo que estava a acontecer e de negação da dimensão das intempéries no nosso País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não é verdade!

Vozes do PSD: — Não é verdade!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Vá lá dizer isso às pessoas a quem, até ao dia de hoje, não chegou qualquer tipo de ajuda e que continuam com a sua habitação danificada.

Mas, Sr. Ministro, trazia aqui mais algumas questões. As MPME, em que assenta o tecido económico do nosso País, enfrentam dificuldades acrescidas face ao agravamento dos custos dos fatores de produção. O preço do gasóleo subiu e há setores onde os combustíveis representam mais de 30 % ou 40 % dos custos operacionais — táxi, TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica), reboques, transporte rodoviário de mercadorias.

O Governo está disponível para ir mais longe, como o PCP propõe, incluindo com apoios diretos às MPME?

Sr. Ministro, outra questão: não se esqueceu de que, em janeiro deste ano, prometeu ajuda urgente à restauração perante a crise que se evidenciava? Prometeu que o Turismo de Portugal ia antecipar o dinheiro das dívidas à banca, e as empresas ficariam a pagar ao Turismo de Portugal num tempo mais dilatado. Ou esqueceu-se?

Como se não bastasse a crise estrutural na restauração, com os preços dos alimentos a baterem recordes todas as semanas, bem como outros custos de produção, alinhados com a escalada do preço dos combustíveis, e as populações a perderem rendimentos, vem agora o Governo defender o aumento da taxa de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) na restauração para 23 %, como veio aqui dizer o Ministro das Finanças.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não disse nada disso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não só ficam as promessas de ajuda por cumprir como ainda vem essa atitude revanchista, como se quisessem um ajuste de contas em nome da troica por terem sido derrotados.

Vai ou não ficar esclarecido, de uma vez por todas, o propósito do Governo?

No IRC dão uma mãozinha para tornar ainda maiores os lucros da Galp, da Sonae e da EDP.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Para as micro e pequenas empresas da restauração, voltam à carga, para esmagar, com o aumento do IVA.

Por último, face aos sucessivos atrasos do PRR, a receita do Governo é sempre a mesma: abandonar o investimento público, por exemplo, em escolas e centros de saúde, para transferir essas verbas para os grupos económicos privados. Quais são as fontes de financiamento para concretizar os investimentos que saíram do PRR?

Há entidades que estão a ser notificadas para a devolução das verbas, caso as obras não estejam concluídas até agosto. As verbas foram investidas nos materiais, na mão de obra. Muitas entidades tiveram de recorrer a empréstimos, e não têm como as devolver. O que vai acontecer? Até o momento, o Governo não foi capaz de dizer, no concreto, o que vai fazer.

Deixo uma última questão, sobre os trabalhadores da gestão do PRR, que têm conhecimento, experiência. Vão ser integrados, por exemplo, no PT 2030?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

E vão ser integrados nas carreiras os cerca de 2000 trabalhadores com contratos precários, ao abrigo do PRR, que desempenham funções permanentes em organismos da Administração Pública? Ou o Governo vai contratar consultoras para avaliar candidaturas do PRR, como fez o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), ao invés de integrar os trabalhadores e contratar aqueles que são necessários?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem 9 segundos — mais a tolerância — para responder. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, em 9 segundos só lhe posso dizer o seguinte: não compreendo porque continua a diabolizar as grandes empresas,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente! Isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … quando são as grandes empresas que pagam os melhores salários em Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É discurso de ódio!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr.ª Deputada, deixe as empresas pequenas transformarem-se em médias, deixe as médias transformarem-se em grandes. É assim que o País progride, é assim…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Desperdiçou uma oportunidade para responder!

Protestos do Deputado do CH Marcus Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Já respondeu! Não poderia ter sido mais claro!

O Sr. **Presidente**: — Agora tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para fazer perguntas ao Ministro da Economia e Coesão Territorial.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Economia, na minha intervenção irei focar-me na economia portuguesa, porque parece haver uma enorme confusão, pelos lados da esquerda, sobre o bom desempenho da economia portuguesa e, principalmente, sobre o papel do Governo nesse bom desempenho.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Estamos todos confundidos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Todos sabemos que o ano de 2025 foi marcado por um contexto internacional desafiante, por guerras comerciais e por diversas previsões muito negativas sobre a economia portuguesa. Destaco, em particular, a previsão do Banco de Portugal, quando era liderado pelo ex-Ministro socialista, agora reformado e pensionista, Mário Centeno.

Risos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Julgava que era o José Sócrates!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A fonte preferida do Partido Socialista previa, em junho de 2025, que a economia portuguesa ia crescer apenas 1,6 %, que o desemprego iria crescer para 6,4 % e que o País ia registar um défice — imagine-se, um défice! — em 2025.

Previsões todas erradas.

Vozes do PSD: — Todas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Previsões todas ao lado.

Vozes do PSD: — Todas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu diria mesmo, previsões todas ao lado esquerdo. E o Governo tratou de superar todas essas previsões.

A economia portuguesa cresceu 1,9 %,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — «Este é um bom Orçamento!»…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … o desemprego desceu para 6 % e o País registou um excedente orçamental de 0,7 %, expondo um erro garrafal nas previsões do Banco de Portugal.

Mais, como o Sr. Ministro já acabou de dizer, o rendimento líquido mensal dos trabalhadores cresceu 14 %, em 2024 e 2025, em resultado do aumento dos salários e da redução do IRS.

Sabemos também que, em 2026, no primeiro trimestre, a economia continuou a crescer, 2,3 % face ao primeiro trimestre de 2025; as exportações continuam a crescer; a produção industrial continua a crescer; e também o turismo apresenta bons resultados.

Sabemos, é certo, Sr. Ministro, que a Comissão Europeia veio recentemente dizer e prever, para 2026, um crescimento de 1,7 % — ainda assim, bem acima da média europeia —, um possível regresso a défices orçamentais, ainda assim só 0,1 %, mantendo um mercado laboral robusto.

Por isso, a primeira pergunta que lhe fazia, Sr. Ministro,…

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

… tendo em conta todas as principais variáveis macroeconómicas, é se o Governo mantém a previsão para este ano de um crescimento a rondar os 2 % e um saldo orçamental nulo.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ninguém percebeu o que ele disse!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, o Governo está ciente de que a economia se faz nas empresas, e se houver bons resultados há que dar os parabéns aos empresários.

Mas o Governo também tem a noção de que pode ajudar ou pode criar dificuldades ao crescimento económico. O nosso papel é, além das medidas de política concreta que possamos fazer, dar às empresas os sinais certos. E os sinais que o Governo dá à economia são sinais certos, quer aos empresários portugueses quer aos potenciais investidores internacionais.

Por dever de ofício, tenho andado um pouco pelo mundo a falar com muitos investidores internacionais,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Uma bela vida!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … tal como o Sr. Secretário de Estado da Economia, que ainda há pouco tempo esteve no Mercosul e esteve na Índia para aproveitarmos, justamente, os novos acordos que a Europa acabou de fazer com o Mercosul e com a Índia.

Em todos os lados, Sr. Deputado, as pessoas guardam mais a recordação do Portugal que esteve sob assistência da troica — foi uma notícia muito forte, muito intensa, há uns anos. As pessoas ainda guardam a imagem desse Portugal e, de facto, ficam muito espantadas, ficam muito agradadas e impressionadas quando veem a evolução que Portugal fez.

Pude testemunhar, há dias, na visita do Sr. Primeiro-Ministro a Berlim…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Nós também vimos, no *Gato Fedorento*!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Quando o Sr. Primeiro-Ministro teve uma grande conversa com milhares de empresários alemães,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sobre o «*Führer*»!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — … pude ver e constatar o genuíno e intenso aplauso quando o Primeiro-Ministro fez saber aquilo que para os portugueses parece óbvio e parece elementar, que foi dizer que, apesar da crise que tivemos, hoje temos contas controladas, temos equilíbrio orçamental, temos a dívida abaixo de 90 %, estamos a baixar impostos sobre as pessoas e sobre as empresas. — e temos uma previsão calendarizada de continuar a baixar os impostos sobre as empresas.

Protestos de Deputados do PS.

Bom, quero dizer-lhe que a situação económica da Alemanha tem uma conjuntura que não é favorável.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Isto é para domingo à noite, vai ver!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — A situação do orçamento alemão está bem diferente da do nosso e, portanto, os empresários alemães estão particularmente sensíveis a essa situação. E eu vi, pude testemunhar o entusiasmo com que os empresários alemães olhavam para os resultados da economia portuguesa.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Srs. Deputados, estamos totalmente alinhados com a ideia de que temos um grande trabalho pela frente, mas tenho a certeza de que estamos a percorrer o caminho certo, e os resultados já mostram que estamos a trilhar um caminho seguro.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, continua no uso da palavra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Ministro, todas as previsões apontam para a manutenção de um mercado laboral robusto em 2026, e eu pergunto-lhe de que forma é que a reforma laboral pode ainda reforçar mais as condições de trabalho em 2026 e, designadamente, reduzir a taxa de desemprego jovem, que continua muito alta, nos 18 %.

Aplausos do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para responder, faça favor.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não lhe respondi há pouco à questão do saldo. Sobre a matéria do saldo orçamental deste ano, o Governo mantém — não desiste — o objetivo de ter equilíbrio orçamental, mas estamos cientes de que é um objetivo muitíssimo difícil, depois dos 2000 milhões de euros que nos custaram as tempestades *Kristin*.

Quanto à reforma laboral, toda a orientação do Governo é encaminhar a reforma laboral no sentido do aumento da competitividade das nossas empresas, para que os trabalhadores possam ter melhores salários. Este é o grande objetivo da reforma laboral.

E quanto à taxa de desemprego jovem, Sr. Deputado, ela é muito alta. Mas, apesar de tudo, é mais baixa do que no ano passado, quer comparando em termos homólogos, quer…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ou seja, não precisamos de reforma laboral!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, terminou?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então vamos passar às perguntas pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, se faz favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, trago hoje a este debate dois portugueses. Esta é a Maria,…

O orador exibiu uma figura decorativa em miniatura da pessoa a que se referiu.

… tem 47 anos, trabalha no Pingo Doce, por turnos rotativos, e ganha em média 22 000 € por ano.

E depois temos o patrão da Maria, o Sr. Pedro Soares dos Santos,…

O orador desenrolou e exibiu um póster em tamanho real da pessoa a que se referiu.

… que ganha, num só ano, 5 milhões de euros.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Discurso de ódio!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está ao contrário!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ou seja, a Maria, para ganhar o mesmo que o seu patrão, tem de trabalhar 226 anos. Na verdade, têm de trabalhar a Maria, a sua filha e a sua neta: três gerações de Marias a trabalhar para ganharem o mesmo que o CEO do Pingo Doce ganha num só ano!

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

E o que é que faz o Governo quando a Maria se levanta cedo para ir trabalhar? Quer impor-lhe um pacote laboral que lhe tira rendimento e que a sobrecarrega.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

A ela e a todos os trabalhadores portugueses.

E o que faz o Governo quando a Maria sai do trabalho e pega no seu carro para voltar para casa? Impõe-lhe um preço dos combustíveis cada vez mais caro, porque se recusa a baixar o IVA,…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas a Maria vai de carro ou de comboio?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Maria vai de carro?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … a regular os preços, como se faz na Polónia, em Espanha e, curiosamente, também nos Açores e na Madeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Faz escala?!…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, Sr. Ministro, deixo-lhe o desafio: deixe cair o pacote laboral! Ele vem agravar as desigualdades, que é um problema estrutural da economia portuguesa e uma afronta aos portugueses que fazem o País funcionar todos os dias.

Mas regule, finalmente, o preço dos combustíveis e dos bens alimentares essenciais. Faça finalmente chegar à Assembleia da República o imposto sobre os lucros excessivos, porque não podem ser sempre os portugueses a pagar pela crise. Estes senhores e o Governo têm de fazer a sua parte.

Temos de combater as desigualdades da economia portuguesa. Não acha, Sr. Ministro?

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Ministro, faça favor.

Vozes do PSD: — Quanto é que a Maria recebeu?!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Agora é o Sr. Ministro que vai responder.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, o Sr. Ministro foi questionado. Faça favor, Sr. Ministro.

Burburinho na Sala.

Sr. Ministro, comece a falar que talvez se criem condições para ser ouvido. Se depois não tiver condições para continuar, eu interrompo. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, vou ser muito breve, só para dizer que não sou especialista nas artes do espetáculo e, por isso, não tenho condições de competir ou de poder responder adequadamente ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Ministro, bem sei que não é Ministro da Cultura, por isso é que o desafio a baixar o IVA dos combustíveis, a regular os preços, e pergunto-lhe: quando é que vai apresentar o imposto sobre lucros extraordinários? Ou foi só um comunicado de imprensa e está a ver se toda a gente se esquece da sua promessa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Agora já não é espetáculo.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, qualquer imposto, como sabe, precisa de ser aprovado na Assembleia da República e, portanto, sob proposta do Governo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exato! Quando é que o traz?

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — O Governo ainda não adotou nenhuma proposta, razão pela qual o Sr. Deputado será devidamente informado quando chegar aqui a proposta do Governo para aprovar qualquer imposto, porque não há impostos sem aprovação parlamentar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para fazer as suas perguntas, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, já nos falou várias vezes no comboio de tempestades que atravessou o País, na importância de a economia promover não apenas a recuperação destas zonas, mas também de promover e de dinamizar a economia local.

No entanto, importa perguntar-lhe se Portugal vai ficar no apeadeiro e perder o comboio do reforço da resiliência do País, para a sua adaptação às alterações climáticas, porque, quando olhamos para o PRR e verificamos as suas sucessivas reprogramações, verificamos que o próprio Tribunal de Contas Europeu já alertou que há investimentos em risco, no que diz respeito ao combate às alterações climáticas, em particular porque nas reformulações e naquilo de que o Sr. Ministro falou — que, inclusivamente, foi deixado fora, até por

não se conseguir executar — passaram a ser incluídos projetos que são poluentes, mas que passaram a ser consagrados como projetos supostamente verdes, o que põe em causa a transição climática.

Por outro lado, olhamos também para aquilo para que o Tribunal de Contas Europeu nos alerta, que nos diz que, dos 4,2 mil milhões de euros inicialmente previstos para a transição climática, este Governo fez cair 483 milhões, passando a ter apenas 3,7 mil milhões de euros, com reduções, sobretudo, na eficiência energética — menos 35 % —, na mobilidade sustentável — menos 34 % —, quando sabemos que é fundamental apostarmos, do ponto de vista da coesão territorial, nos transportes, na sua eficiência energética, como é evidente, e na proximidade das populações.

Por isso, Sr. Ministro, pergunto-lhe, desde já: como é que vai garantir que o PRR, efetivamente, não só não vem aqui maquilhar projetos poluentes, mas também que executa as verbas climáticas previstas — têm sido estes os eixos e os pilares mais atrasados —, para garantirmos a soberania nacional, a autonomia energética, que é fundamental, e, ao mesmo tempo, para adaptarmos o território — como já fez, por exemplo, a Alemanha, que está a garantir que cada cêntimo investido na defesa é também um cêntimo investido na adaptação do território —, para garantirmos também que Portugal estará mais resiliente quando fenómenos climáticos extremos nos atingirem, e não termos de correr sempre atrás o prejuízo?

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que o teto do investimento climático do PRR se mantém, apesar das suas reprogramações.

Em segundo lugar, quero fazer-lhe notar que o Governo está a fazer uma aposta muito forte na reindustrialização «verde». Nós estamos muito decididos a trilhar um caminho que é demasiado evidente. Percebemos cada vez mais que não podemos ficar dependentes de combustíveis fósseis. Além das perturbações climáticas, do ponto de vista geoestratégico e do ponto de vista da competitividade empresarial, é muito arriscado e dramático continuarmos dependentes de combustíveis fósseis quando temos alternativas, em Portugal, particularmente vantajosas.

Portanto, o caminho que Portugal já percorreu na eletrificação das empresas e na produção de energias renováveis tem de ser muito ampliado.

Eu sei que agora estão a surgir algumas dificuldades, por exemplo, no que respeita à instalação de painéis solares. Nós vamos ter de ultrapassar isso de qualquer forma. Portugal não pode parar esse processo e os fundos europeus estarão cada vez mais orientados para a reindustrialização «verde».

O que vier de novo deve vir «verde» e o que não está «verde» deve transformar-se em «verde», na medida do possível. Já não só para satisfazer a Sr.ª Deputada e todos aqueles que querem saber do ambiente, mas por uma questão essencial de sobrevivência da economia. A competitividade da economia precisa disso e, por isso, neste Governo, Ministro da Economia e a Ministra do Ambiente e energia estão totalmente alinhados nesse propósito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entramos agora no tempo do JPP. Tem a palavra, para fazer perguntas, o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, a economia das regiões autónomas, Madeira e Porto Santo e Açores, continua confrontada com custos permanentes de insularidade, dupla insularidade, transporte, escala e dependência externa, que limitam, por um lado, a competitividade das empresas e, por outro, agravam também o custo de vida das populações residentes e, até mesmo, o próprio desenvolvimento económico regional.

Assim, deixo-lhe, de forma objetiva, duas questões.

Primeiro, gostaria de saber que medidas concretas e que verbas específicas tem o Governo atualmente em curso, destinadas ao reforço da resiliência e da competitividade da economia madeirense que permitam a melhoria dos rendimentos e que permitam, também, garantir uma distância mais vantajosa entre as exportações e as importações.

Por outro lado, gostaria de saber, também, que investimentos estratégicos e desbloqueios administrativos ou legislativos o Governo considera prioritários e urgentes que possam contribuir, acima de tudo, para a afirmação económica das regiões autónomas da Madeira e do Porto Santo.

Noutro âmbito, Sr. Ministro, e sabendo que já passaram vários meses desde que esta Assembleia recomendou ao Governo a criação de uma estrutura de missão com vista a avaliar quanto custa viver nas regiões autónomas, a verdade é que continuamos, passados estes meses, sem conhecer o cronograma, a composição ou o trabalho efetivamente desenvolvido. Pergunta direta, Sr. Ministro: o Governo levou esta resolução a sério ou deixou-a simplesmente na gaveta?

Por último, no âmbito do PTRR e sabendo que a Madeira continua sem perceber o que, efetivamente, lhe está a ser destinado, gostaria também de saber, concretamente, quais são as medidas previstas para a Madeira e para o Porto Santo, que verbas estão efetivamente alocadas, qual o calendário real de execução e quando é que os madeirenses verão esses investimentos concretizados no terreno.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Filipe Sousa, a boa notícia é que o PTRR também vai ser aplicado à Região Autónoma da Madeira, assim como à Região Autónoma dos Açores; são território português.

Já aqui o disse: o impulso para o PTRR partiu de Leiria, mas o que aconteceu em Leiria pode acontecer em qualquer ponto do território e, portanto, a Madeira terá, evidentemente, participação no PTRR.

O Sr. Deputado conhece a forma como foi feito o PTRR. Foi construído em tempo muito rápido e definimos um conjunto de metas, de objetivos, de orientações, de financiamentos e, agora, criámos uma agência que vai garantir a execução do PTRR.

O primeiro trabalho desta agência vai ser olhar para cada uma das 96 medidas e aplicá-la ao caso concreto, vendo em que zonas vai ser executado este e aquele empreendimento.

Uma das medidas do PTRR consiste em construir quatro barragens e cerca de 400 charcas ou pequenas albufeiras.

Protestos do CH.

É preciso determinar exatamente onde é que elas vão ficar colocadas. É um trabalho que vai ser feito por esta agência, em articulação com o Ministério do Ambiente e com o Ministério da Agricultura.

Definimos, no PTRR, que vamos construir seis médias e grandes áreas de acolhimento empresarial. Queremos duas no Norte, uma no litoral, outra no interior; duas no Centro, uma no litoral, outra no interior; uma em Lisboa, no interior, necessariamente; outra no Alentejo interior, porque o litoral já tem Sines. E, agora, é preciso encontrar a localização precisa para estas grandes áreas de acolhimento empresarial. Isso é trabalho que a agência há de fazer com as CCDR, que, por sua vez, envolverão os municípios e as suas entidades intermunicipais.

Isto quer dizer, Sr. Deputado, que a Região Autónoma da Madeira, o seu Governo próprio e as suas autarquias locais vão ter a oportunidade de participar na definição, em concreto, dos apoios do PTRR.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Chegámos ao fim deste ponto da ordem de trabalhos. Agradecemos a presença do Governo.

Vamos entrar no segundo ponto da ordem de trabalhos, que consiste em votações regimentais. Peço aos serviços que abram o sistema de verificação de quórum e de registo dos Srs. Deputados.

Pausa.

Alguma Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado está com dificuldades no registo?

Pausa.

Peço então aos serviços que fechem a verificação do quórum.

Temos quórum, pelo que vamos entrar no guião de votações, começando com a leitura do Projeto de Voto n.º 559/XVII/1.ª (CDS-PP) — De pesar pela morte de Francisco Cavaleiro Ferreira.

Para ler o voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«Francisco Gonçalves Cavaleiro Ferreira nasceu em Lisboa, a 10 de novembro de 1952. Foi presidente da Juventude Centrista, entre 1979 e 1981, e presidente das Juventudes Democratas Europeias (DEMYC), entre 1980 e 1982. Católico e de família transmontana, do que muito se orgulhava, Francisco Cavaleiro Ferreira foi um dos líderes mais carismáticos da Juventude Centrista, agora Juventude Popular, afirmando sempre a independência desta em relação à direção do partido.

Em 1978, juntamente com Francisco Lucas Pires, opôs-se à coligação com o PS que viabilizaria o II Governo Constitucional. Apoiou sempre a liderança de Lucas Pires, sendo seu colaborador próximo.

Eleito Deputado à Assembleia da República pelo círculo eleitoral de Lisboa, nas eleições intercalares de 1979, pelas listas da Aliança Democrática, foi eleito Secretário da Mesa da Assembleia da República na quarta sessão legislativa da I Legislatura. Voltou a cumprir o mandato popular eleito pelo CDS ao longo da II Legislatura.

Entre 1985 e 1991, Francisco Cavaleiro Ferreira foi adjunto do Diretor-Geral da Polícia Judiciária. Entre 1995 e 1999, foi adjunto do Secretário de Estado da Administração Interna. Além da sua vida pública, desenvolveu atividades no setor empresarial, nomeadamente na administração da Tagus Park.

Contundente na defesa das suas convicções e valores, Francisco Cavalheiro Ferreira será lembrado pelos amigos, pela disponibilidade, brilho, vivacidade e pelo humor corrosivo, e por todos, pelo papel que teve na afirmação em Portugal de uma nova direita democrática e europeia.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pela morte de Francisco Cavaleiro Ferreira e apresenta à sua família e amigos as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência da votação a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Vamos prosseguir as votações. Informo a Câmara que existem mais requerimentos a solicitar a baixa à comissão, sem votação, de algumas iniciativas, que anunciarei quando chegarmos lá.

Começamos por votar, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.ª (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova lei de organização e processo do Tribunal de Contas.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do Deputado do PS Pedro Vaz e as abstenções do PS e do JPP.

Esta iniciativa baixa à 13.ª Comissão.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É para anunciar que apresentarei uma declaração de voto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativamente a esta votação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Pedro Vaz pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Para anunciar que irei entregar uma declaração de voto em relação a esta votação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Srs. Deputados.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.ª (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do Deputado do PS Pedro Vaz, os votos a favor do CH e as abstenções do PS, do PAN e do JPP.

Srs. Deputados, vamos agora proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e abstenção da IL.

Votamos, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Senhor Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiers e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP e do PAN, os votos a favor do CH, do CDS-PP e do JPP e as abstenções da IL, do L e do BE.

Vamos votar um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.ª (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PS, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, do PCP e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos agora votar cinco requerimentos: o primeiro, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 555/XVII/1.ª (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A; o segundo, apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 601/XVII/1.ª (IL) — Mais independência para a LUSA; o terceiro, apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e

Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 604/XVII/1.ª (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E; o quarto, apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 605/XVII/1.ª (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA; e o quinto, apresentado pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 906/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita em relação à votação sobre o Projeto de Resolução n.º 217.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda não requereu a baixa à comissão sem votação da sua iniciativa, pelo que a votação a fazer agora é a do Projeto de Resolução n.º 937.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem razão Sr. Deputado, como votámos o requerimento de baixa, apresentado pelo Bloco de Esquerda, da outra iniciativa, fiz confusão.

Assim sendo, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 937/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral.

Submetido à votação, foi rejeitado, com as votações contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Agora, sim, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 719/XVII/1.ª (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 8.ª Comissão.

Vamos, agora, proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 904/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Esta iniciativa baixa à 8.ª Comissão.

Votamos de seguida, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 909/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 916/XVII/1.ª (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Vamos agora proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 923/XVII/1.ª (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 8.ª Comissão.

Seguidamente votamos, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 930/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da Educação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Esta iniciativa baixa à 8.ª Comissão.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para que efeito, O Sr. Deputado?

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita relativamente à votação do Projeto de Resolução n.º 972, do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Seguidamente vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.ª (IL) — Valoriza a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH e do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, peço desculpa, houve lapso meu. O sentido de voto do Chega neste projeto de lei da IL é a favor.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado. É rejeitado na mesma, porque tem a abstenção do Partido Socialista, mas fica registado como sendo favorável.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 911/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dádiva benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dádiva e o reforço da colheita de plasma por aférese.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Temos agora para votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 917/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 918/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dádiva voluntária e altruísta de sangue em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 922/XVII/1.ª (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 939/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dádiva, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Procedemos, agora, à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 750/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do JPP e as abstenções do CH e do PAN.

Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 833/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do BE e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, da IL, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

De seguida votamos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 608/XVII/1.ª (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L e do PAN, os votos a favor do CH e do JPP e as abstenções da IL, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 920/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos a favor do L, do PCP, do BE e do JPP e a abstenção do CH.

Vamos agora proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 925/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 935/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor da IL e do PAN e as abstenções do CH, do PS e do JPP.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 936/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE e do JPP, o voto contra do PCP e a abstenção do PAN.

Este diploma baixa à 7.ª Comissão.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, queria corrigir o sentido de voto do PAN relativamente à votação do Projeto de Resolução n.º 935/XVII/1.ª para contra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pediu a palavra para que feito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, tendo sido aberta esta possibilidade, queria dizer que, relativamente à votação do Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.ª, o sentido de voto do PCP é abstenção.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 940/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE e do JPP e as abstenções do CH, do PCP e do PAN.

Seguidamente vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 122/XVII/1.ª (PCP) — Integração na Carreira de Investigação Científica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e da Deputada do PS Sofia Pereira e as abstenções do CH e do PS.

Procedemos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 606/XVII/1.ª (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

A Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, para anunciar que vamos apresentar uma declaração de voto escrita relativa a esta última votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Votamos de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 614/XVII/1.ª (BE) — Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e da Deputada do PS Sofia Pereira e a abstenção do PS.

O Sr. Deputado Paulo Núncio pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, podia repetir, por favor, o resultado da votação do Projeto de Lei n.º 606/XVII/1.ª, apresentado pelo Livre?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, o Projeto de Lei n.º 606/XVII/1.ª teve votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, a abstenção do CH e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, tendo sido rejeitado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 905/XVII/1.ª (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

De seguida vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 924/XVII/1.ª (PAN) — Pela integração dos investigadores bolseiros da carreira de investigação científica.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e da Deputada do PS Sofia Pereira e as abstenções do PS e da IL.

A Sr.ª Deputada Sofia Pereira pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, é para informar que entregarei uma declaração de voto relativamente à votação dos Projetos de Lei n.os 122/XVII/1.ª, 606/XVII/1.ª e 614/XVII/1.ª, e do Projeto de Resolução n.º 924/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Pelo alargamento do passe do antigo combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.

Votamos de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª (CH) — Estende a gratuitidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do L, do PCP e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, para anunciar que apresentaremos, em nome do Partido Socialista, uma declaração de voto escrita relativamente à votação ao Projeto de Lei n.º 153/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 613/XVII/1.ª (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuitidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

A Sr.ª Deputada Júlia Rodrigues pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, para anunciar a entrega de uma declaração de voto escrita relativamente à votação deste projeto de lei.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Votamos seguidamente, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo Estatuto.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Esta iniciativa baixa à 3.ª Comissão.

Temos agora para votar dois requerimentos, apresentados pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.os 528/XVII/1.ª (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e 581/XVII/1.ª (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do plano nacional de desacorrentamento.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos. Bem que não é usual, mas é por uma questão de lealdade parlamentar.

Temos vindo a assistir, repetidamente, à apresentação de requerimentos de baixa à comissão, sem votação, designadamente por parte do PAN, em matérias que o PAN percebe que vão ser chumbadas.

E eu, por uma questão de absoluta lealdade com o Parlamento, com o PAN e com o País, anuncio que, doravante, o Grupo Parlamentar do PSD votará sempre contra os requerimento de baixa à comissão, sem votação, apresentados pelo PAN.

Protestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado.

Srs. Deputados, não é preciso tanto barulho. E também anuncio, com toda a lealdade institucional, que, na próxima Conferência de Líderes, eu próprio irei falar sobre este tema, pois já tenho falado sobre esta matéria com outros Deputados. Mas isto serve para todos os grupos parlamentares.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, mais do que estar a anunciar à Câmara que vai falar da questão na Conferência de Líderes, é importante que fique claro que os grupos parlamentares e os Deputados únicos representantes de um partido têm legitimidade regimental para solicitar a baixa à comissão, sem votação, das suas iniciativas legislativas, até porque há mais forças políticas além do PSD, e o PAN tem legitimidade, como qualquer outro partido, para negociar com todas as forças políticas deste Hemiciclo, sem exceção.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já percebi o ponto, Sr.ª Deputada.

Todos os partidos nesta Casa têm legitimidade para, cumprindo o que está previsto no Regimento, fazerem estes requerimentos e todos os partidos têm legitimidade para votar a favor, contra ou abstenção.

Posto isto, Srs. Deputados, vamos continuar com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 612/XVII/1.ª (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o plano nacional pelo bem-estar dos animais de companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do BE, do PAN, do JPP e dos Deputados do PS Miguel Matos e Sofia Pereira, e as abstenções do PCP e do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

De seguida vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 764/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções do L e do PCP.

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, peço que se faça silêncio porque, além do guião de votações, há pedidos a chegar à Mesa em relação aos quais temos de decidir para que tudo flua bem. Mas com este ruído torna-se impossível.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 914/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L, do PCP e do BE.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 928/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção de medidas de proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 453/XVII/1.ª (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS e da IL, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do L, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 912/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa à 9.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 915/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH, do PS e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para corrigir o sentido de voto do PAN no Projeto de Resolução n.º 914/XVII/1.ª (CH), que é abstenção e não a favor.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 919/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Este projeto baixa à 9.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 921/XVII/1.ª (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Este projeto baixa também à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 929/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

A iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 931/XVII/1.ª (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa igualmente à 9.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 934/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 9.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 938/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e da IL.

Segue-se a votação final global do Projeto de Resolução n.º 200/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova a revisão do mecanismo de recuperação de créditos dos lesados do papel comercial do BES.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD, do PCP e do CDS-PP e a abstenção do BE.

Continuamos com a votação final do Projeto de Resolução n.º 849/XVII/1.ª (PS) — Consagra o dia 10 de maio como Dia Nacional do Seguro.

Risos e burburinho na Sala.

Agora que todos pensámos o mesmo, vamos votar.

Risos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL, do PCP, do CDS-PP e do BE.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 869/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para a conservação, salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.

Esta iniciativa baixa à 12.ª Comissão.

Passamos para a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 941/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de estudo, conservação e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Esta iniciativa também baixa à 12.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 945/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas de salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa à 12.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 690/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo o reforço do modelo de sensibilização dos jovens para a defesa nacional através da transformação do Dia da Defesa Nacional em semana da defesa nacional.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS e do JPP, os votos contra da IL, do L, do PCP e do BE e as abstenções do PSD, do CDS-PP e do PAN.

O projeto baixa à 3.ª Comissão.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 781/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação do atual modelo do Dia da Defesa Nacional, do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, e o estudo de novos modelos de recrutamento voluntário nas Forças Armadas, reforçando a cultura de segurança, defesa e proteção civil em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L e do JPP e as abstenções do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN.

O projeto baixa à 3.ª Comissão.

Segue-se a votação final do Projeto de Resolução n.º 177/XVII/1.ª (CH) — Pela priorização das negociações com outros Estados europeus com vista ao aumento das quotas de pesca portuguesas, bem como aprofunde conversações com a União Europeia com vista à criação de quotas específicas para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS e do JPP, os votos contra do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.os 716/XVII/1.ª (IL) e 782/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, nomeadamente o associado ao *SAPO Blogs*.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PCP e do CDS-PP.

Vamos agora sujeitar à votação o requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.ª (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Seguindo o Regimento, os grupos parlamentares que quiserem falar sobre este tema têm 2 minutos para o fazer.

O primeiro é o Partido Socialista e tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Faro.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente: O Partido Socialista requereu a avocação, pelo Plenário, da votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.ª (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida. Consideramos que esta é uma segunda oportunidade para que este serviço seja uma realidade.

Sinceramente, depois da aprovação deste projeto na generalidade, pensámos que a discussão na especialidade seria uma discussão profícua e que poderíamos encontrar pontos de convergência quanto ao

alargamento progressivo a outros destinatários, conferir mais horas a alguns beneficiários e melhorar as condições remuneratórias dos assistentes pessoais.

Mas a verdade é que não. Assistimos a uma inviabilização dos pontos que hoje avocamos para votação, por partidos representados nesta Câmara, nomeadamente o Chega, que votaram favoravelmente este projeto em Plenário e, em comissão — espantem-se! —, sem apresentar qualquer proposta de alteração, recuaram e recusaram.

Recusaram o aumento das horas disponibilizadas aos CAVI (centros de apoio à vida independente) e, com este retrocesso, condenaram estas pessoas a pagar por uma resposta que, até aqui, tinha sido gratuita.

Sr.as e Srs. Deputados, não entendemos a inviabilização deste diploma, e os portugueses, as pessoas com deficiência e incapacidade também não. Todos os partidos representados nesta Câmara que o inviabilizaram serão responsáveis — responsáveis por defraudar as expectativas de todas as pessoas que pensavam ter um futuro com dignidade e conseguiam, finalmente, viver com independência e autonomia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Partido Social Democrata, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helga Correia, para uma intervenção.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos aqui hoje a repetir uma votação que decorreu na passada quarta-feira, na especialidade, sobre o apoio à vida independente, porque o Partido Socialista — e já não é a primeira vez que faz isto, já nos habituou —, quando não concorda com aquilo que é feito no seio da especialidade, em que os partidos votam, em comissão, de acordo com as suas expectativas, o que é que faz? Usa o método de avocar para Plenário, para os partidos mudarem o sentido de voto de coisas que já foram discutidas na especialidade.

Protestos do PS.

Sr.ª Deputada, eu não a interrompi.

Mas, reparem, na especialidade, os senhores não quiseram ouvir nenhuma entidade, os senhores simplesmente quiseram votar uma proposta que apresentaram ao Parlamento. Estiveram oito anos no Governo e, durante oito anos, não fizeram isso.

Vozes do PSD: — É verdade!

Protestos do PS.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Durante oito anos, fizeram um projeto-piloto que não chega a todo o território.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não acautelaram a questão financeira desse projeto e, agora, vêm emendar a mão, pedir desculpa aos portugueses e apresentar uma proposta, neste Plenário, daquilo que não fizeram.

Sr.ª Deputada, fiquem descansados, porque o Governo está a fazer o seu trabalho. O Governo reuniu com as entidades não governamentais que estão com as pessoas com deficiência e, reparem, aprovou a Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência, ouvindo estas entidades. Os contributos que lá estão são dados por estas entidades.

Sr.ª Deputada, não vale a pena virem emendar a mão e apresentar um projeto, porque o Governo já está a fazer. E mais! Aquilo que estão a apresentar aqui vai contra aquilo que está a ser feito pelo Governo e são medidas que vêm trazer entropia ao sistema que está criado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega, para intervir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Chega vai viabilizar estas propostas de alteração e vai fazê-lo porque estamos a falar dos mais frágeis da sociedade, porque estamos a falar daqueles que há anos, há décadas, são abandonados pelo próprio Estado e são abandonados pelo Estado que foi governado pelo PS e pelo PSD.

Aplausos do CH.

São abandonados, também, pela hipocrisia do Estado.

Hoje temos um Partido Socialista a querer fazer, nesta Câmara, o que não fez em oito anos de Governo do Partido Socialista.

Aplausos de Deputados do CH.

Mesmo assim, mesmo com a hipocrisia do Partido Socialista, nós pomos na balança o que é mais importante. E o que é mais importante, ao final do dia, é que pessoas com deficiência tenham acesso à gratuidade dos serviços e ao apoio do Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para nós, não há dúvida: para lá de todo o cálculo político, eles têm direito à gratuidade, têm direito ao apoio do Estado e têm direito a que sejam reconhecidos como cidadãos plenos.

Aplausos do CH.

Mais: o Governo não se pode queixar de que avocar para mudar sentidos de voto é uma coisa que não se faz, quando avocar é, precisamente, para discutir e rediscutir o que foi feito nas comissões.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E para mudar o voto!

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas, Sr.ª Deputada, nós estamos fartos da conversa do Governo de que «vão fazer», «confiem em nós» e «nós temos uma estratégia».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se fosse por isso, não estávamos aqui a fazer nada. Por isso, há momentos em que este Parlamento tem de se juntar para fazer o que os senhores ainda não fizeram, dos combustíveis ao apoio a pessoas mais vulneráveis, da educação aos impostos.

Protestos do PSD.

Sim, Srs. Deputados, quando os senhores fizerem mal, nós corrigiremos, nós faremos melhor, nós faremos diferente. Nós corrigiremos o vosso sentido!

Aplausos do CH.

Para além disso, só para terminar, este projeto prevê expressamente a possibilidade de fundos europeus servirem para executar estas medidas. Não há nenhuma razão orçamental, nem nenhuma responsabilidade,

que leve este projeto, estas medidas, a serem rejeitadas. É uma questão, Srs. Deputados, que não devia ser de cálculo, mas de decência humana.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Livre, tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal faz parte da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, temos de cumprir esta convenção e temos de garantir aquele que é o mais básico dos direitos humanos, que é uma garantia de autonomia a todas as pessoas, inclusive às pessoas com deficiência. E isso passa por não aceitar a condição de recursos no acesso ao apoio à vida independente.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Temos assistido, nas audições do grupo de trabalho sobre o emprego das pessoas com deficiência, à dificuldade que há em conseguir chegar aos locais de emprego, em conseguir ter a adaptação do local de emprego para pessoas com deficiência, e uma das razões é exatamente a falta de assistência pessoal.

Portanto, nós temos uma obrigação de garantir a autonomia, a independência das pessoas com deficiência. E este é o caminho. O caminho é garantir a gratuitidade do Modelo de Apoio à Vida Independente, garantir as condições de trabalho dos assistentes pessoais e, por isso, louvo o PS por trazer aqui a avocação, ou seja, por fazer aquilo que é o seu direito, para termos a oportunidade de fazer a discussão aqui, em Plenário. Pelos vistos, há alterações nos sentidos de voto,…

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

… e ainda bem, apesar de ser bastante confuso perceber a posição do Chega em relação a estas questões dos direitos das pessoas com deficiência.

Protestos do CH.

A verdade é que esta lei vai ser aprovada e vai passar a estar vertido em lei — como já está, na verdade, no Orçamento do Estado — que deve ser gratuito o acesso ao Modelo de Apoio à Vida Independente e gratuita a assistência pessoal.

Portanto, ainda bem que vamos fazer hoje esta votação, porque é algo que tem de ficar claríssimo, e não pode ficar nas mãos do Governo…

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

… a questão da condição de recursos, tal como ficou na questão do Orçamento do Estado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Antes de dar a palavra para a última intervenção nesta ronda de avocação pelo Plenário, que será do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, queria informar que, depois, no final das votações, vamos ter uma declaração de voto oral, pedida pelo Grupo Parlamentar do Chega, relativamente à rejeição do Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma.

Portanto, ficam informados que irá acontecer esse momento e o Regimento também prevê que outros o possam fazer.

No âmbito desta avocação, tem ainda a palavra, até 2 minutos, a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP irá acompanhar as propostas que foram avocadas pelo Partido Socialista para votação, porque consideramos que a inclusão das pessoas com deficiência e a garantia dos seus direitos têm de ser, de facto, para todos.

Os direitos das pessoas com deficiência não são figuras de estilo ou meras formalidades — têm de ser mesmo garantidos. O dia a dia das pessoas com deficiência continua a ser vivido com profundas desigualdades, obstáculos, marcado pela limitação e negação de direitos.

Faltam políticas robustas, escasseiam investimentos em meios que permitam às pessoas com deficiência viver com dignidade nas suas próprias habitações e nas suas comunidades, assim como ter acesso à educação, formação profissional, emprego, cultura e desporto.

É por isso que consideramos necessário concretizar o direito a uma vida autónoma e independente, com acesso ao apoio em CAVI, de cobertura nacional, e acesso a assistentes pessoais, porque isso também é condição para combater a discriminação e a exclusão, também é objetivo para garantir o acesso ao trabalho, à proteção social, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, ao desporto e à participação ativa na vida política e social.

Não posso deixar de referir, neste momento, na discussão, a rejeição do projeto que o PCP trouxe a debate sobre esta matéria, nomeadamente pelo PSD e o CDS, com o apoio do Chega e da Iniciativa Liberal, em que propúnhamos medidas de financiamento e alargamento da resposta em CAVI para todas as necessidades, assim como a execução das verbas do Orçamento do Estado para o Modelo de Apoio à Vida Independente, a revisão dos acordos de cooperação, com o aumento dos valores de financiamento, a revisão da atribuição dos assistentes pessoais e o reforço do número destes profissionais.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então passar à votação, na especialidade, das propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.ª (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida.

Começamos por votar, na especialidade, a proposta de alteração, do Partido Socialista, que substitui o artigo 1.º do referido texto final.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

É a seguinte:

1 – A presente lei estabelece o alargamento da resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade no âmbito do Modelo de Apoio à Vida independente (MAVI), mediante a celebração de novos acordos de cooperação e o aumento de número de horas de assistência pessoal contratualizadas ao abrigo dos acordos já existentes.

2 – A presente lei determina ainda a garantia da gratuitidade do acesso a esta resposta social.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — De seguida, vamos votar, na especialidade, a proposta de alteração, do Partido Socialista, que substitui o n.º 2 do artigo 2.º do texto final.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

É a seguinte:

2 – Durante o primeiro ano de execução da presente lei, o Governo promove o alargamento da resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade em 30 % face à capacidade atualmente existente, através:

a) Da celebração de acordos de cooperação com novos centros de apoio à vida independente (CAVI);

b) Através do aumento de horas disponibilizadas aos CAVI atualmente em funcionamento.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos agora à votação, na especialidade, da proposta de alteração, do Partido Socialista, que adita um n.º 3 ao artigo 2.º do texto final.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

É a seguinte:

3 – Durante o primeiro ano de execução da presente lei, o Governo procede ainda ao reforço do valor hora de assistência pessoal definido nos acordos de cooperação para a prestação da resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, com vista à melhoria das condições remuneratórias dos assistentes pessoais.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Prosseguimos com a votação, na especialidade, da proposta de alteração, do Partido Socialista, que adita um artigo 3.º ao texto final.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

É a seguinte:

Artigo 3.º
Gratuitidade da resposta

O serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade é gratuito, não determinando o pagamento de comparticipação familiar nem a verificação de condição de recursos do destinatário ou do seu agregado familiar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos agora votar, na especialidade, a proposta de alteração, do PS, de aditamento de um artigo 4.º ao texto final.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

É a seguinte:

Artigo 4.º
Financiamento

O disposto nos artigos anteriores é passível de financiamento proveniente de fundos comunitários.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Por último, vamos proceder à votação final global deste texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.ª (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Vamos passar agora à declaração de voto oral relativamente à rejeição do Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.ª (CH).

Tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância desta declaração de voto.

O Chega assistiu hoje, com alguma surpresa, ao facto de que o Partido Socialista e o PSD chumbaram a divulgação e o conhecimento dos factos que a história quer conhecer e que o País merece conhecer para a sua pacificação.

Depois de uma discussão tida nesta Câmara entre a direita, o centro e a esquerda, sobre o que era importante para pacificar o País e conhecer quem foram e o que fizeram os autores de ataques terroristas bárbaros — alguns contra bebés, polícias, pessoas indefesas — dos dois espectros e dos dois lados, o País, para se pacificar, precisava de conhecer a verdade.

É estranho que 50 anos depois, ou 40 anos depois, haja um bloco central de interesses que se junta…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … para que o País não conheça a verdade.

É por isso hoje legítima a pergunta de muitos, que durante o dia se vão questionar: o que escondem? O que é que escondem? Porque é que não podemos, nós, cidadãos, saber a verdade de quem matou, porque matou, quem os financiava, quem os protegeu, quem lhes deu guarida, quem lhes permitiu que fugissem ou que voltassem? Quem os amnistiou e porque os amnistiou?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Que pessoas estão lá e que segredos guardam, que sejam tão importantes e escandalosos, que este Parlamento não os possa saber?

Mas, sobretudo, como disse o Deputado Paulo Núncio, era saber a verdade por causa das vítimas, mais do que pela questão interna e abstrata da verdade. É pelas vítimas, pelos que já cá não estão, pelos que não estão hoje nas galerias, porque não sabiam sequer, provavelmente, que isto ia ser discutido. É por um País que não teve paz durante anos, mas que queria tê-la. Não é para lançar nenhuma confusão, senão para saber a verdade.

Afinal, de que nos vale andar a bater com a mão no peito em tudo — nos abusos sexuais, nos terrorismos, nas violações, nos crimes económicos — e a dizer que a verdade nos libertará? A verdade vai-nos libertar, exceto quando pessoas do PS e do PSD estão metidas nessa verdade e não querem que se saibam quais são os seus nomes!

Aplausos do CH, com a Deputada Cristina Vieira Henriques de pé.

Porquê? Porquê? O que escondem? O que temos a esconder? E que passo temos de dar para sermos o país que queremos ser, a olhar para a frente, sem medo de ajustar, não contas, mas a verdade com o passado? É isso que vos pedimos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma declaração de voto oral sobre o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L), que foi rejeitado, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Colegas: A história tem de ser um assunto sério no Parlamento do nosso País. O acesso à memória, à documentação sobre temas que são, ainda hoje, candentes na nossa sociedade, ou que se tornaram mais importantes ainda pela evolução política e social do nosso País, é um assunto sério.

Por isso, o Livre, na proposta que apresentou, procurou rejeitar duas vias que nos parecem absolutamente erradas.

Uma seria a do oportunismo, da utilização política da memória do passado como forma de abrir guerras culturais e, ainda por cima, enviesadas apenas num sentido. Nós concordamos que deva ser possível conhecer tudo acerca de terrorismo, de financiamento, de organizações que usaram a violência política como forma de nos roubar, a todos, a democracia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas isso tem de ser feito de uma forma que seja absolutamente transparente e geral.

Por outro lado, não nos podemos conformar com a resposta do PS e do PSD a esse desejo, que é, hoje em dia, um desejo socialmente mais implantado no nosso País, de ter conhecimento do passado. Até porque achamos que a ideia de manter as coisas exatamente como estão, de não permitir que elas, do ponto de vista do trabalho historiográfico, arquivístico, académico, sejam rigorosamente tratadas, é aquilo que vai acabar por abrir a porta aos aproveitamentos a que, aliás, acabámos de assistir, com um partido que só quer revelar a parte da verdade que lhe interessa — porque, alguma, a gente sabe porque é que não interessa —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso, falso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que é dizer aos partidos que são os partidos centrais no nosso sistema político o que é que escondem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso, falso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A democracia não tem nada a esconder, mas a democracia também deve dizer uma coisa: que não deve beneficiar a ditadura com uma política de ocultação da sua memória.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Têm medo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E, neste momento, se fosse aprovada a proposta do Chega, ou até, em certos termos, a do Bloco de Esquerda, a democracia ficaria prejudicada…

Protestos do CH.

… em relação à forma como são tratados os documentos, por exemplo, da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

O que é preciso é um esforço de tratamento sério, rigoroso e arquivístico de tudo o que tenha a ver com violência política no nosso País, e achamos que esta foi uma oportunidade perdida, ao não se apoiar a medida do Livre e conseguir fazer essa relação madura com a memória.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Entretanto, temos mais inscrições de outros grupos parlamentares.

A próxima declaração de voto oral pertence à Iniciativa Liberal. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Que o PS não queira que se saiba a verdade e toda a verdade, compreende-se. O Partido Socialista foi um dos partidos que reabilitou ex-terroristas operacionais das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril).

Protestos do PS.

Tirou-os do terrorismo e colocou-os nas suas listas. Portanto, percebe-se. Não quer que se saiba a verdade.

Agora, que o PSD acompanhe esta posição é que é manifestamente incompreensível. Que o PSD alinhe neste jogo do Partido Socialista não tem explicação racional. Não há explicação racional para alinhar nisto, porque, efetivamente, passaram 40 anos, há um interesse público notório em que se saiba tudo: o que é que aconteceu, quando aconteceu, quem esteve envolvido e quem não esteve envolvido. Só se, no decorrer desse processo, haja algo que o PSD entende que não deva ser sabido, que não deva ser conhecido.

Mas nós temos esse…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Direito!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Temos essa missão, esse direito, até pelas vítimas. É que é importante recordar que as FP-25 atuaram em democracia, não foi no rescaldo do 25 de Abril,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … foi em democracia e contra a democracia.

As FP-25 nunca aceitaram o destino que os portugueses escolheram — uma democracia liberal, parlamentar. As FP-25 queriam uma ditadura do proletariado, queriam a via para o socialismo, queriam uma revolução de outubro e estavam dispostos a matar — tanto que mataram, foram quase 20 pessoas, bebés incluídos.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E onde é que vocês estavam?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Perante isto, é incompreensível, inaceitável — e estamos a fazer um desserviço para com as vítimas e para com a memória histórica deste País — que não se saiba, obviamente, com regras, e não se tenha acesso a toda a informação sobre todo o terrorismo, venha ele de esquerda, venha ele de direita. É incompreensível!

Manifestamos aqui uma nota de pudor pelo facto de o PSD ter acompanhado esta posição do Partido Socialista.

Protestos do PS e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, para uma declaração de voto oral.

Continuação de protestos do PS e contraprotestos da IL.

Srs. Deputados, peço que deem condições para ouvirmos as declarações de voto, tal como todas foram ouvidas até agora.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS acompanhou naturalmente esta proposta do Chega…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … de abrir os arquivos históricos sobre as FP-25, por variadíssimas razões.

Em primeiro lugar, entendemos que deve haver a maior transparência, a transparência total, sobre um dos períodos mais negros da democracia portuguesa. Estamos a falar da maior organização terrorista criada, depois do 25 de Abril, e é preciso total transparência sobre essa matéria.

Em segundo lugar, porque, depois de terem assassinado mais de 20 pessoas, 79 membros desta organização terrorista foram condenados a penas de prisão, e relembro que o terrorista Otelo Saraiva de Carvalho…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora…!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … foi condenado a uma pena de 17 anos de prisão, que nunca cumpriu.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Era importante perceber porque é que um terrorista deste calibre não cumpriu a pena de prisão que devia ter cumprido.

Depois, as FP-25 não nasceram do nada. As FP-25 nasceram das Brigadas Revolucionárias e, se as Brigadas Revolucionárias, de Isabel do Carmo, foram o embrião das FP-25,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … Isabel do Carmo foi a sua barriga de aluguer.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Por isso, seria também importante alargar a abertura destes arquivos às Brigadas Revolucionárias e à terrorista Isabel do Carmo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — E só se lembrou disso agora, depois de chumbado?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Finalmente, a abertura destes arquivos históricos iria tornar ainda mais chocante a decisão do Bloco de Esquerda e do PS de incluírem terroristas condenados por assassínio…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … nas suas listas eleitorais.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

É uma vergonha, porque estes terroristas, Srs. Deputados, nunca pediram desculpa pelo que fizeram. Nunca se arrependeram pelo que fizeram.

Por isso, é com as mãos manchadas de sangue por assassinatos que provocaram, que integram as listas do PS e do Bloco de Esquerda.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma autêntica vergonha, uma ofensa à democracia e à liberdade em Portugal, que estes senhores praticam.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, para uma declaração de voto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Sr. Deputado André Ventura, devo dizer-lhe que a declaração de voto que mais me impressionou foi a sua.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Dada a comoção que colocou na sua intervenção, devo dizer-lhe que até as pedras da calçada lacrimejaram.

A verdade, Sr. Presidente, é que nenhuma das intervenções que me antecederam deixou de condenar aqueles que foram atos terroristas no País, de nomear aqueles que os perpetuaram e, mais, de acusar as pessoas que tiveram atuações criminosas naquela época, naquela circunstância. Isto significa, desde logo, que não é a desclassificação de qualquer documento que levará a maior conhecimento ou menor conhecimento de quem foram os autores daqueles atos e daqueles crimes.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, é, dos elementos que lá estavam…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, a verdade é que a posição do PSD nesta matéria é muito conhecida. Nós sabemos bem quem esteve ou quem não esteve contra a amnistia de atos terroristas, em Portugal. O PSD esteve contra a amnistia às FP-25.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora, o País tem regras, o País tem lei e, na nossa legislação, as matérias são para ser cumpridas com rigor e escrúpulo.

Nós fizemos uma revolução, Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, que nos deve orgulhar a todos. Deve orgulhar-nos o 25 de Abril, como deve orgulhar-nos o 25 de Novembro.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Devemos, sobretudo, orgulhar-nos pela forma como fomos capazes de virar a página e de construir a democracia, em cima de muita barbárie, que, é verdade, aconteceu, e aconteceu da extrema-direita à extrema-esquerda.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Agora, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, apetece-me mesmo terminar, se quiserem, com uma frase que até podem classificar de revolucionária, mas quero mesmo fazê-lo: contra o populismo e contra a irresponsabilidade, cá estará o PSD para marchar, marchar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para uma declaração de voto.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que fizemos foi um debate parlamentar e não um jogo e, portanto, o debate, que merecia ser equilibrado, não é uma oportunidade para troca de galhardetes e para tentar acusar o outro e apontar dedos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É muito equilibrado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Devia ser uma oportunidade de assegurar, com serenidade, aquilo que manifestamente estas intervenções do CDS ou do Chega, há instantes, mostram que é impossível fazer, quando a forma como querem enviesar o debate é esta que apresentam.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Inclui nas listas terroristas, isso é que é uma vergonha!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Fazer isto por este método reabre efetivamente feridas, não permite nenhuma serenidade e só vai alimentar os oportunistas que se querem aproveitar e usar a história contra a democracia. Esse é o erro e é por isso que não se pode acompanhar o que propõem.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Há regras sobre desclassificação de documentos em vigor na legislação nacional.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Regras que vocês fizeram!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Por isso é que, apesar de bem-intencionadas, as propostas do Bloco e do Livre não merecem o apoio do Partido Socialista, porque criar regras *ad hoc* específicas, à margem do regime jurídico das matérias classificadas ou do regime jurídico dos arquivos, é o caminho errado para fazer este debate.

Disponibilidade para melhorar as regras sobre estes dois temas — arquivos e matérias classificadas — temos toda, e estaremos disponíveis para o fazer. Pontualmente, abrir oportunidade para alguém fazer aproveitamento, estritamente político, e fazê-lo de forma indigna, como fez o Sr. Deputado Paulo Núncio, a misturar…

Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Misturar?! Matou a sangue-frio um agente da PJ (Polícia Judiciária)!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … terroristas com pessoas que lutavam contra a ditadura, associando-os debaixo de um mesmo chapéu, quando manifestamente uns resistiam ao fascismo e outros atacavam a democracia, verdadeiramente não é digno.

Aplausos do PS.

Portanto, é esta confusão que não podemos aceitar. Sim, o terrorismo da extrema-direita veio depois das primeiras eleições livres do Portugal democrático, e sim, o terrorismo da extrema-esquerda veio num Portugal democrático.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — São ambos condenáveis e não vamos reabrir as feridas de ambos, o que, com sabedoria, os fundadores do CDS, do PS, do PSD, do PCP e dos outros partidos aqui representados sempre evitaram fazer. O País progrediu e evitou os danos que podia ter enfrentado.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tanta mentira!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Paulo Núncio pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Que seja mesmo em escrupuloso cumprimento do Regimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para informar a Câmara e a Mesa de que iremos juntar uma notícia que dá conta de que um terrorista condenado pelas FP-25, de seu nome António Baptista, fez parte das listas do PS, há cinco meses,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois foi, da assembleia municipal!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … para a Câmara Municipal de Setúbal.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Os terroristas do MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) nas listas do Chega não chateiam!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Peço desculpa, é só para terminar este ponto…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vou só terminar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado já disse o que é que iria enviar, para ser partilhado com todos os grupos parlamentares.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vou, mas…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É um documento que se refere a algo que já foi referido nestas declarações orais e no debate que tivemos sobre estas propostas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, não foi. Não foi!

Protestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu não vou permitir que se use o Regimento de forma diferente daquela para que foi feito. Isso já está a ir para além da interpelação à Mesa, portanto, peço que envie a notícia e a notícia será partilhada com todos os grupos parlamentares. Vamos passar à próxima intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem, Sr. Presidente. É só para dizer…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … que a notícia será junta, para que não haja dúvidas nenhumas de que aquilo que eu disse, ou seja, que o PS integra terroristas condenados…

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … pelas FP-25 nas listas. É verdade!

Aplausos do CDS-PP, do CH e do Deputado do PSD Paulo Neves.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, está a abusar do Regimento e da paciência da Mesa e dos Deputados! O ponto está demasiado claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente, é para auxiliar no exercício de distribuição da documentação, para que ficasse absolutamente claro que eu me referia à referência indigna a Isabel do Carmo, resistente antifascista, que foi confundida num debate em que não deveria ter sido,…

Protestos de Deputados do CH, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Isso também não é uma interpelação.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … para não haver qualquer dúvida daquilo a que me referia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não admitiu que tinha terroristas na lista!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Admita!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, isso também não é uma interpelação.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Tem razão, Sr. Presidente, peço desculpa.

Protestos de Deputados do CH, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e contraprotestos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O CDS não fez nada? Não mandou matar o padre Max?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, ainda temos duas declarações de voto para ouvir.

Continuação de protestos de Deputados do CH, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes e de contraprotestos de Deputados do L.

Srs. Deputados, ainda temos duas declarações de voto e há aqui Deputados que têm compromissos a seguir. Portanto, todos eles certamente precisam de que isto termine rápido.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso para mim é igual ao litro!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pois, mas para várias pessoas não é.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é que não! Peço que não volte a fazer isso!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima declaração de voto é do Bloco de Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, o debate, ou a tentativa de debate que estamos a ter agora, bem prova porque é que o País precisa de um processo sereno, maturado e específico,…

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

… Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, sobre a violência política do pós-25 de Abril, porque é reconhecido que a atual arquitetura legal que temos não serve. Por assim ser é que, tendo decorrido mais de 50 anos sobre o assassinato do padre Max e de Maria de Lurdes, ainda hoje não se consegue ter acesso ao processo.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Sr. Deputado Paulo Núncio, imagino que tenha visto a capa do JN (*Jornal de Notícias*) sobre os mercenários do CDS que terão estado envolvidos neste assassinato,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ainda bem que faz essa pergunta!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … como certamente um debate maturado trará mais luz sobre o crime contra a democracia que as FP-25 representaram.

O Sr. Deputado Paulo Núncio conhece a história do seu partido e sabe que eu poderia passar a manhã toda…

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Já é tarde!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … a citar membros do MDLP, da FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), da FLA (Frente de Libertação dos Açores), etc., que têm ligações ao seu partido.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas a história é mais complexa do que as guerras culturais que o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, o Sr. Deputado André Ventura e o Sr. Deputado Paulo Núncio aqui tentaram trazer. A história é complexa e vítimas há várias.

Protestos de Deputados do CH.

Todas as vítimas têm acesso à verdade e por isso é preciso trazer luz.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É, luz!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A luz traz-se com documentação, traz-se com seriedade no debate histórico e político, avesso à bravata e ao catecismo sobre esta matéria.

Foi por isso que baixámos o nosso projeto à especialidade, para que lhe seja dada oportunidade para ouvir especialistas sobre o processo que a nossa democracia tem de fazer, para termos a certeza de que se preserva toda a documentação. Se não for possível, nesta geração, ter acesso a todos os documentos, que seja numa próxima, mas que nenhum se perca e que todas as gerações futuras tenham acesso à história de Portugal, às vítimas da violência das FP-25 e da rede bombista. É isso que nos é exigido.

Protestos dos Deputados do CH Filipe Melo e Jorge Galveias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Paulo Núncio pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Se tem a certeza de que é uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — É mais uma estratégia!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é para juntar também ao debate um artigo que demonstra que o CDS…

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — É mais uma estratégia, já percebemos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em primeiro lugar, quero dizer que a notícia que foi citada é uma calúnia mentirosa e miserável;…

Protestos do PS, do BE e do L.

… e, em segundo lugar, quero dizer que juntar…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isto é debate!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu sei, eu sei que incomoda, Sr. Deputado! Eu sei que incomoda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não incomoda! Peça uma defesa da honra!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É para juntar uma notícia a provar que o CDS condenou, logo em 1976, esse ato.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que ato?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O CDS recusou sempre a violência política.

E é para juntar uma outra notícia, Sr. Presidente. É que, tal como o PS, o Bloco de Esquerda também incluiu terroristas das FP-25,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vários!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … com as mãos manchadas de sangue, nas listas eleitorais.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já percebemos, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é absolutamente inaceitável.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, junte as notícias, nomeadamente a primeira que refere, e serão partilhadas com todas as bancadas.

O Sr. Pedro Pinto pede a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para distribuir uma notícia também. Aliás, para distribuir uma entrevista.

Nós ouvimos aqui o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves a defender Isabel do Carmo. Eu gostava de distribuir a entrevista onde diz Isabel do Carmo, e cito: «Transportei explosivos, mas o ato final não fiz. Gostava de ter feito.» É isto que o Partido Socialista defende. São estes os terroristas que o Partido Socialista defende.

Aplausos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Protestos dos Deputados do L Filipa Pinto e Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, faça o favor de enviar o documento ou o *link*. Peço aos serviços que juntem toda esta documentação que foi referida, para depois ser feito um envio único, com toda esta informação.

A última declaração de voto será do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ui! É o partido do museu!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP considera que os documentos…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o partido dos horrores!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Parem o tempo, por favor.

Srs. Deputados, é a última declaração de voto. Peço um pouco de tolerância de todos e vamos ouvir e dar condições à Sr.ª Deputada, de todos para com todos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Todos, todos, todos!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

O PCP considera que os documentos, quer quanto ao terrorismo bombista das forças reacionárias contra o 25 de Abril…

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … quer quanto às FP-25, devem ser desclassificados, e acompanhamos a proposta que foi aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativamente a esta matéria.

Porém, relativamente a esta questão, não posso deixar de referir dois ou três aspetos. Primeiro, o Chega não quer a verdade. O que quer, verdadeiramente, é um ajuste de contas com o 25 de Abril.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

Protestos do CH.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Aliás, o que o Chega quer, acompanhado do CDS e da Iniciativa Liberal, é ocultar…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ocultar o quê?! É mostrar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o contrário!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … o terrorismo bombista do MDLP, do ELP (Exército de Libertação de Portugal), do Movimento Maria da Fonte, da FLA e da FLAMA, entre 1975 e 1977. Quer ocultar todas aquelas ações terroristas.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Pelo contrário!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foram 566 atentados bombistas, assaltos, incêndios, espancamentos, assassinatos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mentira!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foi tudo isto que ocorreu e, da vossa voz, nem uma palavra. Eu creio que diz bem qual é a verdade que procuram e o que é que pretendem esconder,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É muito feio mentir, Sr.ª Deputada!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que desonestidade!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e diz bem quais são as vossas opções, aquilo com que estão verdadeiramente comprometidos e o ajuste de contas que querem fazer com o 25 de Abril.

Já agora, para ficar bem claro, de todas estas organizações terroristas de extrema-direita,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Somos contra todos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as FP-25? Fala das FP-25!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … neste período de 1975 a 1977, elegeram como alvo o PCP, e eu creio que isto também deixa claro as opções destas forças políticas.

Aplausos do L e do BE.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Solicitava a distribuição da referência que enviarei, por *e-mail*, da obra *Luta Armada*, com as referências e as citações que colocarei, de Isabel do Carmo, em que é absolutamente explícito — ao contrário das afirmações do Sr. Deputado Pedro Pinto e do Sr. Deputado Paulo Núncio —,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Defender Isabel do Carmo?! Bateste com a cabeça?! Olha!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … e deixa de forma clara, no trecho que vou solicitar que seja distribuído, que as organizações visadas, a LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária), a ARA (Ação Revolucionária Armada) e as Brigadas Revolucionárias, dirigiram a sua ação contra a ditadura, sempre com o propósito de não fazer atentados a pessoas, mesmo aos seus piores inimigos, assim o tendo feito.

Protestos do CH.

Foram ações de resistência à ditadura do Estado Novo;…

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já está entendido o ponto, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … ações que não vitimaram pessoas. Eu acho que a Câmara deve…

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já está, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente, mas eu penso que a Câmara deve, sem vozearia,…

Continuação de protestos do CH e do CDS-PP.

A Câmara deve, sem vozearia, respeito às pessoas que arriscaram a vida para derrubar a ditadura,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, já está feito o ponto.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … entre eles, fundadores do Partido Socialista, fundadores do Partido Social Democrata, fundadores do Partido Comunista Português.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu peço só aos serviços que aguardem para juntar toda esta documentação num envio único.

Chegámos ao fim dos nossos trabalhos. A próxima reunião plenária é na próxima quarta-feira, dia 27 de maio, e tem como ponto único da agenda o debate com o Sr. Primeiro-Ministro.

Bom fim de semana, Srs. Deputados. Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 48 minutos.

———

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa à Proposta de Lei n.º 72/XVII/1ª:

O Tribunal de Contas é um tribunal superior com respaldo constitucional (artigos 2.º, 209.º e 214.º da Constituição da República Portuguesa), tendo as suas raízes no nosso ordenamento jurídico desde o século XIV, com a Casa dos Contos de D. Dinis, mais tarde no séc. XVIII foi criado o Erário Régio do Marquês de Pombal, que no mesmo órgão, reuniu as competências do Ministério das Finanças e do Tribunal de Contas e, em 1832, com Mouzinho da Silveira, o Tribunal de Tesouro Público.

O Tribunal de Contas surge inspirado no modelo napoleónico da *Cour de Contes* e já no relatório preparatório do decreto de 10 de novembro de 1849 se afirmava que «o Tribunal de Contas é uma instituição necessária em qualquer Governo regular, qualquer que seja a forma e princípio da sua constituição. Nos Governos representativos é condição essencial da sua existência», afirmando-se ainda que o Tribunal de Contas tomava lugar imediatamente depois do Supremo Tribunal de Justiça (artigo 18.º).

Ora, a CRP (Constituição da República Portuguesa) prevê hoje quatro tribunais supremos — Tribunal Constitucional (TC), Supremo Tribunal e Justiça (STJ); Supremo Tribunal Administrativo (STA) e Tribunal de Contas (TdC), correspondendo a quatro jurisdições: constitucional, cível, administrativa e financeira.

Sendo certo que não existem em muitos países modelos jurisdicionais como o previsto na nossa Constituição, o certo é que o legislador constitucional entendeu consagrar também o TdC, com a mesma dignidade dos restantes foros jurisdicionais, conferindo-lhe o mandato de «guarda constitucional dos dinheiros públicos», nas palavras de Gomes Canotilho em *O Tribunal de Contas como instância dinamizadora do princípio republicano*.

Compete ao TdC, nos termos do artigo 214.º da CRP, designadamente: (i) dar parecer sobre a Conta Geral do Estado, incluindo a Segurança Social; (ii) dar parecer sobre as contas das regiões autónomas; (iii) efetivar a responsabilidade por infrações financeiras, nos termos da lei; e (iv) exercer as demais competências que lhe forem atribuídas por lei, sendo que aqui, a grande maioria delas decorrem da Lei de Organização e Processo do TdC (LOPTC), que agora se pretende revogar e substituir.

Estes poderes/competências foram ampliados com a revisão constitucional de 1989, em que, de um elenco taxativo, se passa para uma enumeração exemplificativa, a partir do núcleo essencial de competências constitucionais.

Atendendo ao disposto na CRP, «a tutela o TdC não se limita à sua consagração constitucional, mas igualmente à natureza essencial da função que exerce como elemento essencial do Estado de direito democrático», citando diretamente L. Miguel Pestana de Vasconcelos, em *A Jurisdição Financeira. A Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas*.[1]

O âmbito das competências do Tribunal de Contas foi ainda sendo ampliado desde então, designadamente através da Lei n.º 48/2006, de 20 de agosto, consideravelmente ampliado em 2011, resultado do memorando da troika, através da Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro, com o alargamento do âmbito subjetivo, incluindo as empresas públicas, e o âmbito objetivo, em matéria de fiscalização prévia e controlo contratual.

A reforma que agora se propõe é no sentido inverso a todo o edifício até agora construído sem, como aponta o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) no seu parecer à presente proposta de lei, enviado à Assembleia da República, «uma avaliação de impacto que fundamente as soluções apresentadas, com dados verificáveis e os motivos para que o sistema mereça ser alterado e de que forma a solução apresentada melhora o sistema sem criar dificuldades ou riscos de valor superior aos que pretende resolver».

A proposta de lei radica na interpretação do papel do Tribunal de Contas não como um exercício jurisdicional de controlo financeiro do Estado, mas antes como uma parte de controlo administrativo da despesa. Aliás, são vários os autores na doutrina administrativista que assim o defendem, mas essa interpretação colide com os preceitos constitucionais das atribuições do TdC.

Aliás, nem mesmo Marco Caldeira, que é um dos principais críticos do exercício jurisdicional do TdC, vai tão longe. Em *Repensar o controlo prévio dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas: Uma alteração cirúrgica*, o autor defende que «boas parte das polémicas que desnecessariamente "contaminam" a perceção pública da atividade do Tribunal de Contas seriam resolvidas com uma alteração legislativa cirúrgica, circunscrita a um (ou dois) ponto(s) muito concreto(s) do regime, no que respeita ao visto prévio aos contratos públicos».[2]

---

[1] Ver, em especial, L. Miguel de Pestana de Vasconcelos, em *A Jurisdição Financeira. A Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas*, Almedina, 2.ª edição, 2025, pág. 41 e ss.

[2] Marco Caldeira, *Repensar o controlo prévio dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas: Uma alteração cirúrgica*, pág. 160, in *A Importância do Tribunal de Contas na Defesa do Estado de Direito*, coord. Joaquim Freitas Rocha e Hugo Flores da Silva, Almedina, 2021.

Por isso, acompanham-se, na essencialidade, os pareceres já enviados a esta Casa por parte do Tribunal de Contas, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior de Magistratura, do Mecanismo Nacional Anticorrupção e também a perplexidade do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais em não ter sido consultado, atendendo ao facto de as alterações propostas impactarem diretamente na atividade jurisdicional dos tribunais administrativos e fiscais.

Acompanha-se em especial as críticas às alterações propostas em: (i) matéria de valor dos contratos sujeitos a visto prévio; (ii) remissão para atos do Governo matérias que são de reserva da Assembleia da República; e (iii) modificação de um controlo financeiro jurisdicional, para um modelo de controlo financeiro interno em entidades públicas empresariais.

Por fim, um ponto acerca da fiscalização prévia através do visto prévio.

Erradamente, atribui-se à existência do visto prévio do Tribunal de Contas em matéria de contratação pública a responsabilidade pelos atrasos na execução dos contratos e consequentemente do investimento nacional. Nada poderia ser mais errado. Os principais problemas para esse atraso são endógenos à própria Administração Pública.

Desde logo, o Tribunal de Contas é provavelmente o tribunal com as decisões jurisdicionais mais rápidas de todos os foros. Desde logo, porque nesta matéria tem prazos perentórios para decidir, ao invés de todos os outros tribunais, designadamente os tribunais administrativos e fiscais inundados de contencioso pré-contratual, que se arrasta anos. De acordo com L. Miguel Pestana de Vasconcelos, na obra já citada (pág. 177), o prazo médio de decisões do TdC é de 12 dias.

Se nos perguntarmos quanto tempo demora o Governo a emitir os despachos relativos à aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos (despacho essencial para a assunção de despesa por parte de entes do sector público empresarial e consequentemente para submeter contratos a visto prévio), para aprovar a plurianualidade de despesa ou para libertar verbas necessárias para a execução dos contratos também obrigatórios para o mesmo efeito, verificar-se-á que, não poucas vezes, esses prazos da responsabilidade da administração e do Governo se arrastam por meses.

Por outro lado, num País onde a mediana dos orçamentos das autarquias locais é de cerca de 30 milhões de euros, significa que praticamente todos os contratos destes entes públicos ficariam sem fiscalização prévia, e aqui sabe-se bem a importância pedagógica que esse controlo prévio tem tido, quanto ao cuidado, à fundamentação de facto e de direito no âmbito da contratação pública, uma vez que os contratos e os procedimentos pré-contratuais são sujeitos a uma revisão de terceiros.

Por fim, reconhece-se que alguns aspetos devam melhorar na LOPTC, designadamente no aumento do número de juízes, no reforço da atividade de auditoria e fiscalização sucessiva e eventualmente na criação de instâncias garantindo, de forma plena, a tutela jurisdicional efetiva e revendo o modelo de responsabilidades sancionatórias. Aquilo que esta proposta de lei faz é deitar por terra o edifício constitucional de controlo de contas públicas e, na prática, esvaziar o Tribunal de Contas nas suas competências constitucionais. Talvez seja mesmo isso que o Governo pretenda: usar este processo e outros já ocorridos como desculpa para alterar a Constituição.

O Deputado do GP do Partido Socialista, *Pedro Vaz*.

O Partido Socialista não rejeita, à partida, reformas que reduzam tempos de decisão, aumentem a previsibilidade dos procedimentos e permitam uma execução mais célere de projetos estruturantes, em particular num contexto em que o País tem de executar investimento público e fundos europeus em prazos exigentes.

A não-rejeição de medidas de simplificação e celeridade processual não pode, no entanto, prejudicar garantias de transparência, escrutínio e avaliação da legalidade e do enquadramento financeiro. Consideramos que é perfeitamente compatível enquadrar mais.

Precisamente por considerarmos este trabalho de compatibilização entre celeridade e rigor orçamental, consideramos também que o diploma aprovado pelo Governo não cumpre esses princípios, mas pode, na especialidade, ser melhorado nesse sentido.

Algumas das suas alterações, como o aumento dos limites mínimos da fiscalização prévia obrigatória, a criação de sistemas de controlo internos acreditados pela Inspeção-Geral de Finanças, a falta de clareza quanto ao papel da fiscalização concomitante, a retirada de algumas empresas do sector publico empresarial do Estado do perímetro de fiscalização do Tribunal de Contas ou a reformulação do regime de responsabilidade dos gestores públicos, merecem uma avaliação e uma explicação mais aprofundadas.

Exigem-se garantias reforçadas de que a simplificação não se traduzirá numa diminuição efetiva do controlo independente da despesa pública e por isso é que consideramos que o diploma, tal como está, não pode ser aprovado sem reservas.

O Partido Socialista tentará, no processo de especialidade, através das audições a promover e das alterações que venham a ser promovidas, garantir que o Tribunal de Contas continua a ter o papel fundamental de escrutínio e acompanhamento da despesa pública, e, ao mesmo tempo, garantir que esse papel pode acontecer sem pôr em causa a celeridade e a eficácia do investimento público fundamental ao funcionamento do nosso País.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

———

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 972/XVII/1.ª:

A Assembleia da República votou, em sessão plenária, o Projeto de Resolução n.º 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação.

O Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal votou favoravelmente esta iniciativa, que contempla apenas um único ciclo do ensino obrigatório, por reconhecer a necessidade urgente de atualizar o financiamento das refeições escolares em função dos custos reais suportados pelas autarquias, num contexto marcado por inflação alimentar, energética e logística.

Existe um desfasamento estrutural entre as verbas transferidas pelo Estado e os encargos efetivos dos municípios, situação que tem vindo a ser sistematicamente reportada, para além de ser um problema assumido pelo próprio Ministro da Educação, Ciência e Inovação. Esta realidade tem obrigado os municípios, de todos os quadrantes político-partidários, a assumir um papel de tesoureiro do Estado, o que coloca em causa a sustentabilidade financeira das autarquias, desviando verbas de políticas educativas que poderiam ser realmente diferenciadoras.

Não obstante, a Iniciativa Liberal considera que o projeto do PSD é profundamente injusto, ao circunscrever esta atualização exclusivamente ao 1.º ciclo do ensino básico. Trata-se de uma limitação difícil de compreender e que só pode ser lida como um ato de tacticismo político, uma vez que o problema do subfinanciamento das refeições escolares é transversal a todo o ensino obrigatório e não se esgota num único nível de ensino.

Acresce que esta opção ignora uma evidência básica: as necessidades alimentares dos alunos aumentam com a idade. À medida que crescem, crianças e jovens apresentam maiores exigências energéticas e nutricionais, tornando ainda mais crítico garantir um financiamento adequado das refeições escolares nos ciclos de ensino seguintes. Ao restringir a atualização ao 1.º ciclo, o PSD deixa de fora precisamente os níveis de ensino onde estas necessidades são mais elevadas, agravando a incoerência da proposta.

Aliás, como a própria evidência demonstra, uma parte significativa dos municípios enfrenta défices relevantes no financiamento das refeições escolares de forma generalizada, e não apenas no 1.º ciclo. A resposta política deve, por isso, ser coerente com a dimensão real do problema.

O Projeto de Resolução n.º 834/XVII/1.ª, da Iniciativa Liberal, que foi rejeitado, apresentava uma abordagem mais completa e estrutural, propondo não apenas uma atualização extraordinária das comparticipações, mas também a criação de mecanismos de revisão periódica indexados à evolução dos custos, prevenindo assim a repetição dos atuais desequilíbrios.

Para além disso, a Iniciativa Liberal alertou ainda para uma desigualdade injustificável no financiamento das refeições entre alunos do ensino público e alunos abrangidos por contratos de associação, defendendo a

necessidade de garantir tratamento equitativo para situações equivalentes, um aspeto totalmente ausente na proposta agora aprovada.

Aliás, se o PSD efetivamente quisesse resolver o problema do subfinanciamento das refeições escolares, teria acompanhado a proposta reformista da Iniciativa Liberal. A alimentação escolar é um investimento estratégico na saúde, no desenvolvimento cognitivo e na igualdade de oportunidades de todas as crianças e jovens, por isso merece uma solução abrangente e integrada. Problemas estruturais não se resolvem com respostas parciais e discriminatórias.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro — Jorge Miguel Teixeira — Mariana Leitão — Mário Amorim Lopes — Miguel Rangel — Rodrigo Saraiva — Rui Rocha.*

———

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelas Deputadas do PS Júlia Rodrigues e Sofia Pereira e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

———

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 8 de maio de 2026 — DAR I Série n.º 89 (2026-05-09)]:

O texto original desta iniciativa, discutida na reunião plenária de 10 de abril, mereceu o voto contra do Grupo Parlamentar do PCP. No entanto, após concluído o processo de especialidade, a resolução proposta sofreu profundas alterações, que alteraram e melhoraram substancialmente o seu conteúdo, conduzindo ao voto favorável do GPPCP (Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português).

Foram inscritas na resolução um conjunto significativo de medidas de combate ao aumento dos custos dos combustíveis e energia, que, a serem aplicadas, mitigarão os impactos económicos e sociais que atingem os trabalhadores e reformados e as micro, pequenas e médias empresas de amplos sectores de atividade.

No entanto, o voto favorável do PCP ao texto final da iniciativa não pode ser confundido com concordância ou apoio do PCP ao teletrabalho como medida de combate à crise, sobretudo porque a iniciativa recomenda que os sobrecustos gerados sejam suportados pelos trabalhadores, em clara violação do Código do Trabalho. De igual modo, o PCP não concorda com licenciamentos acelerados de exploração de energias renováveis e recursos naturais, porquanto não salvaguarda os interesses das populações, os valores ambientais e agrícolas e o interesse nacional.

Pelo Grupo Parlamentar do PCP Deputada, *Paula Santos*.

[*Recebida na Divisão de Redação a 18 de maio de 2026.*]

———

Relativa ao Projeto de Lei n.º 206/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 24 de abril de 2026 — DAR I Série n.º 83 (2026-04-27)]:

O sentido de voto do Grupo Parlamentar do PCP foi determinado pelos riscos e fundamentadas dúvidas que a iniciativa legislativa forçosamente gera, designadamente com a introdução do expediente de diferimento tácito aplicável ao licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis.

A tomada de decisão e produção de legislação sobre matéria tão importante para a sociedade portuguesa, como é o Sistema Energético Nacional (SEN), sem a existência de elementos de estudo e pronunciamento das entidades relevantes para o funcionamento e arquitetura do SEN, a que se somou o prazo de apenas dois dias

entre a admissão da iniciativa e a realização do debate e votação na Assembleia da República, associando o proponente a iniciativa ao chamado «SIMPLEX AMBIENTAL», constituiria um risco ainda mais agravado, que o debate realizado em Plenário e o processo desenrolado na Comissão de Ambiente e Energia não permitiram ultrapassar, pesando decisivamente no sentido de voto do PCP.

As fontes de energias renováveis intermitentes, nomeadamente a solar, podem e devem ser aproveitadas e integrar o portefólio energético desejável. Contudo, a sua exploração intensiva, os colossais investimentos de capital associados e a sua repercussão dos investimentos nas tarifas e preços suportadas pelos consumidores, a necessidade imperiosa de planeamento, articulação e funcionamento seguro do SEN, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e o atual quadro de domínio do sistema energético português pelo grande capital e os impactos ambientais associados decorrentes desta opção não podem ser desconsiderados ou menorizados na análise do PCP sobre a iniciativa legislativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Também o contexto em que esta discussão se realiza, designadamente o facto de terem sido tornados públicos os relatórios de diversas entidades sobre a suspensão do fornecimento de energia elétrica ocorrido a 28 de abril de 2025, e quando estão em causa e em discussão decisões sobre o sistema energético que são estratégicas para o País e para a sociedade portuguesa, recomenda prudência na adoção de legislação sobre a matéria.

O Grupo Parlamentar do PCP, recusando firmemente lógicas e posicionamentos de seguidismo acrítico das estratégias, planos e orientações da União Europeia e dos grupos económicos nacionais e transnacionais, reafirma a necessidade, o compromisso e a iniciativa por uma política alternativa que, assegurando o controlo público do sector energético e o seu funcionamento e desenvolvimento ao serviço do povo e do País, assegure a soberania e a independência nacional.

Pelo Grupo Parlamentar do PCP Deputada, *Paula Santos*.

[*Recebida na Divisão de Redação a 20 de maio de 2026.*]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.